

09 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Fundo para segurança de magistrados gera polêmica

Parte dos recursos viria dos cartórios do foro extrajudicial, que repassariam 0,2% da receita bruta ao Tribunal de Justiça

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Os deputados paranaenses voltam a discutir nesta semana o projeto de lei 118/2013, que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg). Aprovada em primeira discussão no dia 26 de novembro com bem menos alarde que as demais propostas do Tribunal de Justiça (TJ) encaminhadas neste fim de ano à Assembleia Legislativa (AL), a matéria tem como objetivo reforçar a segurança dos juí-

zes e desembargadores do Estado. Parte dos recursos provenientes viria dos cartórios do foro extrajudicial, que repassariam 0,2% da receita bruta ao TJ. As outras fontes de receita são transferências orçamentárias autorizadas pelo próprio Poder Judiciário, por fundos especiais e por demais órgãos públicos. Seriam possíveis, ainda, repasses de entidades de direito público, instituições financeiras e entidades de direito privado. A proposta original também previa repasses do Executivo, no entanto, uma emenda modificativa apresentada pelo deputado Tercílio Turini (PPS) excluiu essa possibilidade, de forma a "defender a separação entre os Três Poderes".

Segundo o juiz de Direito substituto em 2º grau Carlos Henrique Licheski Klein, a criação do fundo é uma determinação da resolução 104 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de abril de 2010, e foi motivada por casos emblemáticos de invasão de fóruns e assassinatos de magistrados no Paraná e em Estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. "Temos hoje uma criminalidade organizada e muito mais ousada. E o CNJ

chegou à conclusão de que é preciso proteger quem trabalha no Poder Judiciário, mas também quem frequenta os fóruns e os ambientes onde são mantidas as provas", afirmou.

De acordo com ele, em um primeiro momento não haveria impacto econômico ao cidadão comum, nem em despesas por parte do poder público. "Grosso modo, não onera, porque quem foi eleito 'contribuinte' é o titular do cartório", justificou. Em relação a outro projeto em tramitação, o 609/2012, que reajusta as custas em 11,45%, o magistrado disse que, pelo que acompanha, o TJ não levou em consideração o valor repassado ao Funseg. "Até onde eu sei, é uma reposição da inflação. Importante dizer também que o fundo teria uma receita carimbada, ou seja, com destinação específica. Em tempo algum será utilizado para pagamento de salário de juiz, por exemplo."

Procurada pela reportagem, a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a criação do Funseg é de competência do TJ e que, como o projeto ainda tramita na AL, prefere "aguardar o desenrolar dos fatos para se posicionar".

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Discordância

Para o líder do PT na AL, Tadeu Veneri, mesmo que indiretamente, o Funseg aumentaria sim os custos para a população. "O dinheiro vai sair de onde? Dos cartórios. Quando você for lá, vai pagar uma taxa de 0,2%. Ou seja, na prática, vai aumentar em 100% o seu custo. Se antes pagava dois centavos para registrar um título, passará a pagar quatro centavos. E (o projeto) passou assim, no tapa", criticou.

Em relação aos problemas registrados nos fóruns nos últimos anos, o parlamentar falou que não atingem apenas o Judiciário. "Há uma situação de insegurança para o pessoal que eu conheço da Vila Acorde (comunidade do bairro Pinheirinho, em Curitiba), por exemplo. Eles estão mais seguros que os desembargadores, que moram no Jardim Social ou no Alphaville? E nem por isso vou aumentar em 10% os impostos."

Como recebeu emenda, o projeto retornou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que se reúne hoje, em sessão extraordinária, e amanhã. Depois de apreciada pelos membros da CCJ, a matéria volta a plenário, para ser votada em segunda discussão.

Funrejus

O chefe do Legislativo, Valdir Rossoni (PSDB), convocou os líderes de bancadas a participarem de uma reunião na manhã de hoje com o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Guilherme Luiz Gomes, sobre outra proposta do TJ, à 638/20913, que reajusta o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). O encontro acontece às 10 horas, na sede do TJ, com participações também de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná.

Conforme o projeto original, os índices passariam de 0,2%, para 0,3%, o que representaria aumento de 50%. A expectativa, no entanto, é que os parlamentares cheguem a um acordo com o órgão, até mesmo mantendo as taxas nos níveis atuais.

Rossoni já adiantou que pretende colocar os projetos do TJ em votação o mais rápido possível, de forma a liquidar as questões antes do fim do ano.

Amapar defende medida

Curitiba - O presidente eleito da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) para o biênio 2014/2015, Frederico Mendes Junior, afirmou que os recursos utilizados na implementação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg) são necessários e virão em boa hora. Segundo ele, não é verdade o fato de que os juizes e desembargadores moram em bairros nobres e têm carros blindados, diferentemente do que ocorre com o restante da população.

"O juiz tem de estar na comarca. Então imagine uma cidade aí perto de Londrina, como Assaí, Uraí, Santa Mariana, Nova Fátima, Congonhas... Nessas comarcas todas, você não tem separação entre bairro nobre e bairro de periferia. O juiz mora numa residência comum junto à comunidade. Somos 165 comarcas no Paraná. Não se pode achar que todas são iguais à de Curitiba", disse.

Mendes Junior também citou o fato de centenas de magistrados já terem sido ameaçados ou até mortos nos últi-

09 DEZ 2013

mos anos no País. "A magistratura está na linha de frente. Imagine se a pessoa responsável por colocar aqueles que praticam crimes na cadeia não tiver ela própria segurança."

Perguntado se o problema não seria social, isto é, fruto da violência que acomete a sociedade como um todo, ele argumentou que, neste caso, o que está em discussão é a segurança dentro do próprio Poder Judiciário. "O Estado já destina parte de seus recursos para a segurança pública. Em relação aos magistrados, (o fundo) é necessário porque, senão, daqui a pouco o sujeito não poderá mais nem ir trabalhar." (M.F.R.)

09 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Clamor por justiça

Servio Borges da Silva

Apesar das inúmeras dificuldades, o Supremo Tribunal Federal conseguiu colocar na cadeia homens poderosos condenados no caso do mensalão. Foi um gesto que o Brasil consciente esperava há muito tempo. Dizia-se que neste país só vão para a cadeia os criminosos indefesos ou que não têm dinheiro para pagar um bom advogado. Contudo, aprende-se no primeiro ano da faculdade de Direito que justiça é dar a cada um o que é seu e nada mais, também nada menos. Nós, operários do Direito, devemos ser vocacionados para esse ideal que deve ser pertencente a todos em uma sociedade democrática, livre, honesta, uma verdadeira comunidade da paz. Quando um juiz julga um pobre indefeso e miserável tem o dever, inalienável, de dar a ele a justiça que emana da lei. Quando esse mesmo juiz julgar um rico poderoso deverá ter o mesmo cuidado: dar a ele a justiça.

Nesse histórico 15 de novembro de 2013 e rico de significado para a população brasileira, assistimos o noticiário nacional mostrar o cumprimento da lei, como se o Brasil estivesse numa final de Copa do Mundo: a justiça para todos, ricos, pobres, poderosos, enfim "todos somos iguais perante a lei".

Nem se diga que é perseguição ou política, porque o STF agiu motivado pelo anseio de justiça. Num país onde a violência predomina, onde a Constituição é violada em nome do mais forte, a Justiça começa a ser reconstruída com vigor, ordem e progresso. Uma serena, igualitária e eficaz Justiça.

Nós profissionais do Direito - juízes, promotores de Justiça, advogados e serventuários - assistimos atos ousados por parte daqueles que não querem aceitar o império das leis e da Justiça.

Se a Justiça quer ser respeitada e prestigiada tem o dever de, até mesmo, passar na frente, derrubar barreiras e ajudar na formação do caráter e da vergonha das novas gerações. Inúmeras gerações contemplam essa Justiça, até com espanto, esperando com anseio simplesmente o que é seu.

SERVIO BORGES DA SILVA é
advogado em Londrina

CLÁUDIO HUMBERTO

Reabertura

Liminar do Superior Tribunal de Justiça autorizou a reabertura da fábrica de cigarros Phoenix, em São Paulo, lacrada pela Receita Federal. O temor é que se amplie a dívida de R\$ 300 milhões ao fisco.

08 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Juiz de Maringá é eleito presidente da Amapar

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba- O presidente eleito da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), o juiz Frederico Mendes Junior, disse que o aparelhamento do primeiro grau de jurisdição e a construção de novos fóruns, principalmente no interior do Estado, serão seus principais desafios à frente da instituição. Natural de Maringá, onde atua no Judiciário, ele concorreu pela chapa única "Combatividade, Coragem e União", que recebeu 585 votos nas eleições realizadas sexta-feira. Mendes Junior era candidato único e assumirá a entidade no dia 31 de janeiro de 2014. No total, votaram 617 magistrados. Foram registrados ainda quatro votos nulos e 28 em branco. Com mais de 1.200 associados, a Amapar é a entidade representativa dos juizes e desembargadores paranaenses.

"A associação tem, de um lado, uma pauta corporativa, que são os direitos e garantias dos magistrados, mas de outro um compromisso com a sociedade. A gente vai se aplicar para que cada vez mais o nosso serviço seja eficiente, de qualidade", afirmou.

Entre os investimentos previstos pela nova diretoria está a construção de um novo fórum criminal em Londrina, que ofereça mais conforto "e menos problemas" à população. "O prédio atual é muito antigo e já não comporta o volume de trabalho", explicou Mendes Junior. Não há, porém, um prazo para o início das obras, que dependem de negociações com o Tribunal de Justiça (TJ) para saírem do papel.



O juiz Frederico Mendes Junior assumirá a entidade no dia 31 de janeiro de 2014

Atual vice-presidente da Amapar e ex-juiz auxiliar da presidência do TJ na gestão do desembargador Miguel Kfoury Neto, o magistrado também falou que, entre 2011 e 2012, já houve uma iniciativa de se investir maciçamente nas comarcas. "Foram criados mais 180 cargos de juiz, todos no primeiro grau de jurisdição, o que representou aumento de 25%. Também foram contratados mais de dois mil servidores. Ainda assim, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) considerou que os esforços eram insuficientes e pediu continuidade no foco", contou. Em outubro, o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, declarou que, nas correições realizadas no Paraná, no Piauí e na Bahia, encontrou a Justiça de primeira instância "sucateada".

Em relação à crise do Judiciário paranaense, desencadeada com o afastamento de Clayton Camargo do TJ e do filho do desembargador, Fabio Camargo, do Tribunal de Contas (TC), o presidente eleito da Amapar afirmou que, como os processos correm em segredo de Justiça, não pode emitir uma opinião direta sobre os casos, mas que, "devagarzinho, as coisas serão colocadas nos trilhos".

"Foi um momento de turbulência no nosso Judiciário. Toda a magistratura e todos os juizes foram alvo de generalizações, sendo que somos os primeiros a serem favoráveis à apuração, desde que respeitada a ampla defesa e o contraditório", disse. "Agora que temos uma nova administração no TJ, acredito que podemos esperar dias melhores", completou.

08 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Suspeição

O desembargador Antonio Loyola Vieira, do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, decidiu que não tem condições para analisar o mandado de segurança protocolado pelo conselheiro afastado do Tribunal de Contas (TC) do Estado, Fabio Camargo. Em despacho assinado na sexta-feira, o desembargador opta pela redistribuição do caso no TJ "por motivo de foro íntimo".

Afastado

O mandado de segurança de Fabio Camargo tenta reverter uma decisão da desembargadora Regina Afonso Portes, assinada no último dia 27. O despacho determinava o afastamento do ex-deputado estadual em função de supostas irregularidades no processo eleitoral conduzido pela Assembleia Legislativa em julho e que definiu o nome de Fabio Camargo para a vaga aberta após aposentadoria do conselheiro Hermas Brandão.

08 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Agenda anticorrupção

O presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), recebe na segunda-feira, Dia Internacional Contra a Corrupção, um grupo de lideranças que pretende lançar uma agenda de combate ao problema no Estado. Proposta pelo promotor de Justiça Eduardo Cambi, a reunião acontece às 13h30, no gabinete da Presidência da AL. Segundo a assessoria de imprensa do tucano, também já confirmaram presença representantes do Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e do Observatório Social do Brasil.

Auxílio no TC 1

A Assembleia Legislativa (AL) do Paraná deve votar nesta semana que se inicia o projeto de lei 697/2013, que institui auxílio-alimentação a todos os 747 funcionários na ativa – efetivos e comissionados – do Tribunal de Contas (TC) do Estado. O benefício terá valor mensal de R\$ 710 e será pago em relação a 22 dias úteis por mês. Segundo a proposta, o impacto financeiro, orçado em R\$ 6,5 milhões anuais, será suportado integralmente pelo próprio órgão.

Auxílio no TC 2

Conforme a justificativa do TC, a medida possui “caráter social de grande impacto”, pelo fato de universalizar em favor dos servidores um benefício que inicialmente era concedido apenas aos membros do órgão. O presidente do TC, Artagão de Mattos Leão, argumentou que a alteração também colocaria o corpo funcional da Casa em paridade com funcionários do Poder Judiciário, da AL e do Ministério Público.

07 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA
DOAÇÃO DE TERRENOS

Gaeco investiga propina na Codel; 3 são presos

**Esquema
facilitaria
doação de
áreas do
município para
empresas;
documentos
apreendidos na
prefeitura serão
analisados**

Viviani Costa

Reportagem Local

Três pessoas foram presas na manhã de ontem em Londrina por envolvimento em um suposto esquema de cobrança de propina para facilitar a doação de terrenos do município para empresas. O gerente de Desenvolvimento Industrial do Instituto de Desenvolvimento de Londrina (Codel), Eduardo Ivan Reale, o empresário Dorival Pereira e a corretora Eliana Teixeira Gonzaga Zamboni foram detidos em casa. A conduta de cada um dos presos será investigada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público (MP) estadual.

A investigação começou há dois meses quando um empresário procurou o Ministério Público para denunciar o suposto esquema. Policiais do Gaeco cumpriram 12 mandados de busca e apreensão em empresas, nas casas das pessoas investigadas e no prédio da Prefeitura de Londrina. A ação surpreendeu os servidores que se depararam com os policiais logo nas primeiras horas da manhã. Foram apreendidos documentos e computadores na presença do prefeito de Londrina, Alexandre Kireeff (PSD), e do presidente da Codel, Bruno Veronesi.

Os mandados de prisão temporária por cinco dias foram expedidos pela 4ª Vara Criminal de Londrina. Reale e Dorival foram encaminhados para o 4º Distrito Policial (DP) e Eliana foi levada para o 3º DP. Eles devem prestar depoimento ao Gaeco na próxima quarta-feira. A reportagem não conseguiu contato com as defesas dos presos.

Indústria metalúrgica

O empresário Dorival Pereira, que ao Gaeco nega ter pago propina, tem interesse direto na aprovação de um projeto de lei ainda em trâmite na Câmara de Vereadores. Trata-se do projeto de lei 289/2013, que prevê a doação de um terreno do muni-

cípio à empresa Artlondre Indústria e Comércio de Artefatos, cujo administrador financeiro é Pereira. A área tem 10 mil metros quadrados e está localizada na Gleba Primavera. De acordo com o projeto de lei, a doação seria destinada à transferência e ampliação de uma indústria metalúrgica.

Outros projetos de lei e doações de terrenos já aprovadas também estão sendo investigados. "Fala-se que teria sido solicitado um volume em torno de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil de empresas para a doação. Não sabemos se esses valores são a título de serviços prestados por uma pessoa que trabalha na área de assessoria para quem pretende obter as doações ou se esses valores são a título de propina", explicou o promotor de Justiça Claudio Esteves.

Conforme Esteves, a facilitação teria sido oferecida a empresários com a ajuda de Dorival Pereira. Em outros casos, os próprios interessados na doação das áreas teriam procurado o esquema para agilizar a tramitação e aprovar as propostas na Câmara. Mas, segundo Esteves, não há indicativo de envolvimento de vereadores.

CONTINUA

07 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Kireeff

O prefeito de Londrina, Alexandre Kireeff (PSD), declarou que vai colaborar com as investigações e punir os envolvidos, caso as irregularidades sejam comprovadas. "Aqui na prefeitura não há espaço para picaretagem, para bandidagem, para a apropriação de dinheiro público. É absolutamente inaceitável pessoas que se atrevem a fazer isso. Vocês podem ter certeza que a prefeitura e a gestão municipal vão ser colaboradoras do Ministério Público e do Gaecco e não vão medir esforços para que essas pessoas sejam punidas", destacou. **(colaborou Luís Fernando Wiltemburg/Reportagem Local)**

07 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Oswaldo Militão



A vereadora Lenir de Assis entregou o título de Cidadania Benemérita da cidade para a juíza Zilda Romero, titular da 6ª Vara Criminal de Londrina. A homenageada é londrinense de nascimento e comanda a Vara Maria da Penha, desde quando ela passou a funcionar aqui, em 2010. É uma juíza muito querida em Londrina.

MAZZA

Recesso

O recesso judiciário segurar a questão da licença do MP em favor de Cid Vasques na Segurança, a pressão continua, razão pela qual toda semana pinta um manifesto em seu favor, o derradeiro da sociedade israelita.

Recurso

MP ingressou com cautelar contra o 13º para vereadores da capital na linha do TC, que tem jurisprudência sobre o tema e enquadra quem o infrinja e isso em todos os municípios.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo
Murá

09 DEZ 2013

"SINUCA DE BICO" PARA DESEMBARGADOR ANTONIO LOYOLA



Desembargadores Regina Affonso Portes, Clayton Camargo e Antonio Loyola

ENTRE AMIZADE E O JULGAMENTO JUSTO NO CASO CAMARGO

O desembargador Antonio Loyola, do TJPR, pode estar num impasse, um beco "sem saída": ele terá de apreciar o pedido de reintegração ao Tribunal de Contas do Estado feito pelo conselheiro afastado Fábio Camargo. Acontece que Loyola é antigo e grande amigo do pai de Fábio, desembargador Clayton Camargo. Daí a dificuldade que deve estar enfrentando.

O desembargador Antonio Loyola tem uma enorme responsabilidade pela frente: apreciar e despachar o mandado de segurança com o que o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, ex-deputado Fábio Camargo, pede sua reintegração ao cargo. Como se sabe, recente decisão da desembargadora Regina Affonso Portes suspendeu-o das funções do TCE, liminarmente.

O grande "coul de sac" que deve estar enfrentando o desembargador Loyola é manter-se absolutamente dentro da exação que se pede de um magistrado.

Isto significa: não se deixar levar nem pelo chamado clamor público – claramente contra Camargo e de condenação à forma como foi conduzida sua eleição ao TCE -, nem, num átimo de tempo sequer, pela ampla, enorme amizade que tem com o pai de Fábio Camargo, o ex-presidente do TJPR, desembargador Clayton Camargo, que sofre processo no STJ e é investigado no Conselho Nacional de Justiça sob acusações várias.

A amizade do desembargador Loyola pode ser aferida – não fossem notórias suas ligações fraternas com o desembargador Clayton Camargo – apenas examinado um dado eloquente: foi dele o discurso caloroso, em nome de seus pares, saudando Clayton quando de sua eleição para a Presidência do TJPr.

A fala foi um protesto público de amizade e respeito, acentuando a ligação que une Loyola e Clayton.

O discurso de Loyola foi de ampla e irrestrita exaltação a laços fraternos que o une à família Camargo, além do imenso respeito à cultura jurídica de Clayton.

Olhada assim, sem firulas, a questão poderia ser traduzida em linguagem do dia a dia como "autêntica sinuca de bico".

Ninguém gostaria de estar no lugar do desembargador Antonio Loyola.

09 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SEMANA DA CONCILIAÇÃO

Acordos somam cerca de 5,5 milhões em negociações

Das 360 audiências marcadas, 180 delas obtiveram
acordo trabalhista entre as partes

A Semana Nacional da Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), até a última sexta-feira (07) obteve 180 acordos trabalhistas das 360 audiências programadas. Os acordos homologados, em Curitiba e em varas do interior, totalizam um valor de R\$ 5,5 milhões em verbas trabalhistas.

Entre as unidades da Justiça do Trabalho em que ocorrem as audiências, a 2ª Vara do Trabalho de Paranaguá conseguiu efetivar acordo em 65 das 69 audiências realizadas, com um percentual de 94% de sucesso.

A iniciativa de solicitar a audiência para tentativa de acordo mantém-se equilibrada, sendo que, até o momento, 159 foram marcadas a pedido do autor e 166 a pedido do réu.

A Semana Nacional de Conciliação no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná acabou na última sexta-feira; em Curitiba, mais de 400 audiências foram marcadas no Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC). O JAC fica no 6º andar da rua Vicente Machado, 400, no Centro, e as audiências aconteceram das 9h30 da manhã às 5 da tarde. (Fonte: TRT-9)

09 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ padronizará regras de participação de menores

Padronizar as regras para a participação de crianças e de adolescentes em eventos da Copa do Mundo de 2014 e unificar os procedimentos dos juizados da infância e da juventude nos locais onde haverá jogos é fundamental para evitar dificuldades burocráticas tanto para brasileiros como para estrangeiros que assistirão às partidas. Com esse objetivo, o

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) discutiu na última quarta-feira (4) uma recomendação que deverá ser editada por magistrados da área que atuam nas cidades-sede. O CNJ espera que isso ocorra até o dia 19, antes do recesso do Judiciário. As recomendações serão analisadas pelo plenário no dia 17.

O texto em análise traz regras sobre hospedagem de menores de

18 anos sem a presença dos pais, sua entrada e permanência nos estádios e a participação em eventos promocionais da Copa. Juizes e coordenadores da infância e da juventude dos tribunais de Justiça dos 12 estados que receberão jogos e representantes da Federação Internacional de Futebol (Fifa) estão reunidos no CNJ para tratar do assunto.

Justiça no Bairro encerra suas atividades de 2013

O Projeto Justiça no Bairro/SESC Cidadão, coordenado pela desembargadora Joeci Machado Camargo, encerrou suas atividades de 2013 na Comarca de Paranaguá, nos dias 29 e 30 de novembro, realizando mais de 7 mil atendimentos, sendo 138 ações consensuais, 239 audiências dos processos oriundos do Fórum e mais de 80 litigiosos.

A finalidade do evento foi atender a demanda reprimida e a realização de perícias e audiências de interdição, que teve seu início já no dia 29/11 com os processos da 1ª Vara Cível.

Mais uma vez a equipe de voluntários se deslocou até o litoral para o atendimento da população, e contou com a participação da

médica Viviane Caznok Lima e do médico do Exército Brasileiro, Francisco Ricardo O. Figueiredo, os quais se dedicaram a fazer as perícias de interdição com a imediata conclusão do laudo e, consequente audiência, que contou com a presença dos promotores de Justiça André Vieira Saraiva de Medeiros e Leonardo Dumke Busatto.

CNJ realizará primeira audiência pública da sua história

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizará, em fevereiro de 2014, a primeira audiência pública da sua história, com o intuito de coletar manifestações de órgãos públicos, autoridades, entidades da sociedade civil e especialistas sobre os temas eficiência da primeira instância e aperfeiçoamento legislativo voltado ao Poder Judiciário. O anúncio da realização das audiências foi feito pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, durante a 180ª Sessão Ordinária, realizada na segunda-feira (2/12).

A audiência pública será dividida em dois blocos temáticos,

a serem realizados nos dias 17 e 18 de fevereiro. O primeiro bloco será destinado à discussão sobre eficiência na Justiça de primeiro grau. Nesse bloco, serão debatidos os subtemas alocação equitativa de servidores, cargos em comissão e funções de confiança, orçamento e primeiro grau de jurisdição e gestão participativa.

O segundo bloco temático será dedicado ao debate sobre extinção ou redução da competência delegada, desjudicialização da execução fiscal e composição da justiça eleitoral. A audiência pública será regulada pela Portaria n. 213, publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe).

Ministro nega transferência a Suzane Von Richthofen

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, indeferiu pedido de liminar no Habeas Corpus (HC) 118286, impetrado pela defesa de Suzane Von Richthofen, para que ela fosse transferida para centro de ressocialização estadual. Condenada a 39 anos de prisão pelo homicídio dos pais, Suzane atualmente cumpre pena na Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier, em Tremembé/SP. A defesa sustenta a ilegalidade da manutenção de Richthofen em penitenciária de segurança máxima, alegando que ela mantém bom comportamento e que deveria ser transferida para o Centro de Ressocialização de Rio Claro, também no interior paulista.

07 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Fux cita MMA contra ação de agressão

Ministro do STF desqualificou denúncia de ex-mulher de deputado e alegou que nem mesmo um lutador aguenta apanhar por 40 minutos

Felipe Recondo

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

O julgamento da denúncia contra o deputado Arthur Lira (PP-AL), suspeito de agredir a ex-mulher Jullyene Lins, levantou novamente discussão sobre a Lei Maria da Penha no Supremo Tribunal Federal (STF). Relator do processo, o ministro Luiz Fux afirmou que a suspeita de que o deputado teria agredido a ex-mulher durante 40 minutos era inverossímil. E comparou o caso a uma luta de MMA. Fux acabou vencido e o deputado responderá a ação penal no STF.

Jullyene relatou que, em 2006, foi agredida durante 40 minutos. Elane Melo, babá de um dos filhos, afirmou ter presenciado as agressões e ouvido o deputado dizer: “Eu vou dar em você de mão fechada, que é para não deixar hematomas e ninguém escutar”. Fux afirmou que as acusações eram inverossímeis. “Eu não conheço murro de mão fechada que não deixa marca. Principalmente se ele é seguido de uma agressão de 40 minutos”, afirmou.

“Não só por experiência pessoal, mas porque tenho um gosto específico por esporte, sabe-se que nem num torneio de Mixed Martial Arts (MMA) se permite que uma pessoa apanhe durante 40 minutos, porque uma surra de 40 minutos é conducente à morte”, acrescentou. “Só para termos uma ideia, esses lutadores bem preparados fisicamente lutam três rounds de 5 minutos por um de descanso”, explicou.

O laudo pericial, feito a pedido da delegacia encarregada de

investigar violência contra as mulheres em Alagoas, atestou que havia hematomas nos braços e nas pernas de Jullyene. Fux afirmou que as marcas eram incompatíveis com agressões que duram 40 minutos. Segundo a defesa do deputado, os peritos não indicaram se as marcas eram compatíveis com o relato da mulher. Fux disse que o laudo “praticamente desmente a versão da vítima” e classificou de fantasiosa a versão.

Depois de prestados os primeiros depoimentos e concluído o laudo pericial, Jullyene voltou atrás no depoimento, o mesmo tendo feito a babá. No ano passado, o Supremo julgou que, mesmo que a mulher agredida volte atrás na denúncia, a ação penal continua a tramitar. Neste caso, afirmou Fux, não houve retratação. “Ela esvaziou o primeiro depoimento”, disse o ministro, ressaltando ser favorável à Lei Maria da Penha.

Tese. A ministra Rosa Weber se contrapôs ao voto de Fux, contestando especialmente a tese de que as agressões não duraram 40 minutos. “Estava aqui a me perguntar qual é o tempo de um tapa. Meio minuto, dez segundos?”, questionou. “Quatro hematomas pequenos. Mas o que causa um hematoma? Diante de tantas dúvidas, acho importante que a denúncia seja recebida para que, no curso da ação penal, com base em novos elementos de prova, possamos chegar a uma solução que mais atenda ao que de fato ocorreu”, afirmou a ministra.

Marco Aurélio Mello, que também votou pela continuidade do processo, disse recear as consequências que o voto de Fux poderia gerar caso fosse vencedor.

REAÇÕES

Dulce Xavier

Socióloga da ONG Entrenós

“Na cabeça da sociedade ainda permanece a máxima que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Fux está banalizando a Lei Maria da Penha e todo o processo para construir outro olhar sobre a sociedade machista.”

Leila Linhares Barsted
Coordenadora da CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

“Eu acho isso um absurdo. Primeiro, é uma violência, independente de ser 50 tapas ou chutes. Eu conheço casos de mulheres que apanharam duas horas até morrer. Lamento que esse entendimento seja uma forma de banalizar o que significam 40 minutos de agressão física.”

Maria Berenice Dias
Advogada militante dos direitos da mulher

“É no mínimo discriminatório e indica que ele (Fux) desconhece o que acontece dentro do ‘lar doce lar’. Os assustadores números de violência doméstica no País não deixam dúvida de que uma mulher pode, sim, apanhar por 40 minutos. Algumas apanham por 40 anos.”

●
MIGUEL
REALE JÚNIOR
Faz de
conta

Termina 2013, ano em que as ruas falaram mais alto que as autoridades. Poucas respostas foram dadas às urgências reclamadas pelos brasileiros.

Das reivindicações das ruas, o cancelamento do aumento da tarifa de ônibus foi compensado pela elevação vertiginosa do IPTU, que a população em geral vai pagar, pois o comércio e a indústria repassarão o acréscimo de imposto ao preço dos produtos à venda.

A proposta de reforma política foi um fiasco, desde a ideia de convocação de Constituinte até a indicação de realização de plebiscito. Furos n'água. Há 20 dias o Congresso aprovou minirreforma eleitoral a vigorar apenas nas eleições de 2016, porque as regras eleitorais só podem ser alteradas até um ano antes do pleito. Assim, não passa de mais um faz de conta.

Além do mais, a lei aprovada modifica detalhes que em nada alteram a estrutura do sistema eleitoral. Pode-se, a título de exemplo, lembrar a introdução de disciplina acerca da comprovação de gastos com passagens aéreas por partido político, a serem certificados, tão só, por fatura ou duplicata emitida pela agência de viagem. Em outra disposição, proíbe-se o uso de cavaletes com propaganda em vias públicas e a pintura de muros de imóveis. Modifica-se também o artigo 26 da lei regulamentadora das eleições para estabelecer limites a gastos com alimentação do pessoal prestador de serviços eleitorais, bem como a aluguel de veículos automotores.

Como se vê, as inovações legislativas em nada refletem a necessária reforma do sistema eleitoral e partidário, tão reclamada. Dentre as mudanças, cabe buscar as menos irrelevantes.

Questão polêmica diz respeito às pesquisas durante a campanha eleitoral, que restam proibidas nesse período, para se evitar presumido sugestionamento do eleitor em prol do favorito ou contra eventual perdedor, decretando-se o infantilismo do eleitorado, que deve permanecer ignorando as preferências. Mas, a meu ver, é inconstitucional essa norma ao vedar a publicação de pesquisa expressiva de manifestação de pensamento da sociedade.

De outra parte, reputa-se não constituir campanha eleitoral antecipada a comunicação e a posição pessoal sobre questões políticas nas redes sociais, cuja força é inconteste nos dias de hoje, com o que se libera a todo e qualquer tempo a campanha eleitoral. Proíbe-se pesquisa no período eleitoral, mas permite-se manifestação pelo Twitter ou pelo Facebook a partir da publicação da lei até o dia das eleições: contradição não falta ao legislador.

Considera-se propaganda eleitoral antecipada a convocação de rede de radiodifusão pelos presidentes da República, do Senado, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal, "para a divulgação de atos que denotem propaganda política ou ataques a partidos políticos e seus filiados ou instituições". Essa proibição, sem dúvida, é saudável, mas há manifesto equívoco, pois não se trata apenas de propaganda eleitoral antecipada, mas de grave abuso do poder político, a ser sancionado mais seriamente do que com mera imposição de multa, aliás, não claramente sequer prevista nessa hipótese pela lei. E se proibida a convocação de rede de radiodifusão em período pré-eleitoral para divulgação de fatos com

Tarifa de ônibus x IPTU, reforma política, presos do mensalão... O País vive uma tragicomédia

caráter de propaganda, estaria assim autorizado que se o fizesse no período eleitoral?

Por fim, limita-se o número de cabos eleitorais, conforme a natureza da candidatura, a prefeito ou a presidente da República, e de acordo com o número de eleitores do município, devendo-se registrar nominalmente as pessoas contratadas, com indicação de seu CPF. Essa é mais uma tentativa de disfarce, pois os principais cabos eleitorais jamais vão constar de qualquer relação: são contratados, por candidatos a deputado, senador ou governador, os prefeitos, vereadores ou candidatos a prefeito derrotados, que jamais vão concordar em constar da relação dos assalariados temporários, formando-se, então, a contingência de se criar indevido caixa 2.

Como se vê, as mudanças, que vão vigorar, recorde-se, apenas em 2016, são de menor monta, irrelevantes para mudar a forma de realizar, com maior proximidade entre eleitor e candidato, o processo de escolha para o Legislativo e com transparência o controle visando a evitar a corrupção eleitoral. Verifica-se, então, outro faz de conta.

O regime prisional semiaberto virou mais um faz de conta. Participei da Comissão Elaboradora do Projeto de Lei de Execução Penal e da Parte Geral do Código Penal e posso afirmar que este código, ao admitir o trabalho externo no semiaberto, deixou à Lei de Execução disciplinar a matéria, segundo a qual, só passado um sexto da pena seria possível o trabalho externo, quando já aplicável o regime aberto. O STJ entendeu não caber tal restrição, confundindo semiaberto e prisão albergue. Deve-se, então, para não fazer do semiaberto um absoluto faz de conta, cumprir o disposto no artigo 124 da Lei de Execução, segundo o qual o trabalho externo é permitido por sete dias, podendo a autorização ser renovada após 45 dias de reclusão. Do contrário fragiliza-se a resposta penal.

CONTINUA

07 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Para completar o reino do faz de conta, o PT apresentou texto-base do seu 5.º Congresso Nacional, no qual culpa o presidencialismo de coalizão como responsável pela corrupção, como se seus dirigentes, ora na prisão, tivessem apenas sido vítimas do sistema. Com a desculpa quer empunhar de novo a bandeira da ética, que, como ressaltei em debate com então secretário-geral do partido em 1985, fazia do PT a UDN de macacão, ao se arvorar em dono da moral pública. Dono que a vendeu a alguns “picaretas” no triste episódio do mensalão. Hoje na Papuda, farsantes presos políticos transformaram-se também em vítimas do sistema presidencialista que aprovaram na Constituinte. O País vive uma tragicomédia.



ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR
DA FACULDADE DE DIREITO
DA USP, MEMBRO DA ACADEMIA
PAULISTA DE LETRAS,
FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

07 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Execução penal. Juiz determina que parentes e amigos de condenados não podem mais visitar os detidos em dias especiais; decisão não cita sentenciados no mensalão, mas ocorre após críticas de que eles estariam recebendo tratamento diferenciado na cadeia da Papuda

Justiça do DF proíbe visitas extras para presos

Mariângela Gallucci | BRASÍLIA

A Justiça Federal do Distrito Federal proibiu ontem os presos do Complexo Penitenciário da Papuda de receberem visitas em dias nos quais os outros detentos não podem estar com parentes e amigos. A ordem não cita os petistas presos no presídio em decorrência do julgamento do mensalão, mas foi dada após reclamações de que esses condenados estariam recebendo tratamento diferenciado na cadeia.

As críticas aos privilégios dos petistas começaram a ser feitas na semana seguinte à prisão deles. Os primeiros a fazê-las foram familiares dos outros presos na Papuda, que costumam madrugar às quartas-feiras na porta da cadeia para pegar senhas e, assim, conseguir entrar na penitenciária. Muitas vezes as filas dessas senhas começam já na noite de terça-feira. As visitas oficiais ocorrem nas quartas ou quintas-feiras, a depender da opção feita pelos presos.

Com os petistas foi diferente. As visitas começaram na terça-feira seguinte à suas prisões, quando familiares e parlamentares do PT visitaram o ex-deputado e ex-presidente da sigla José Genoino e o ex-tesoureiro Delúbio Soares. Nos dias que se seguiram, a romaria de políticos – principalmente petistas – à Papuda continuou.

Isonomia. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, então, enviou uma recomendação à diretoria do presídio e Sistema Penitenciário do Distrito Federal para que fosse seguido o princípio da isonomia no tratamento aos internos e visitantes das unidades prisionais. Pediu “tratamento isonômico no âmbito do sistema prisional do DF”. O tratamento também foi criticado por ministros do Supremo Tribunal Federal.

A decisão de ontem partiu justamente do juiz Bruno Silva Ribeiro, que passou a comandar a execução penal dos condenados no mensalão em substituição ao titular da Vara do Distrito Federal, Ademar Silva de Vasconcelos. A substituição ocorreu após pressão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa.

Ribeiro atendeu a pedido do Ministério Público. De acordo com os dois órgãos, mesmo após juízes da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal terem determinado que fossem observadas pelas autoridades penitenciárias locais as regras de tratamento igualitário a internos e visitantes, os condenados no julgamento do mensalão continuaram a receber visitas em dias nos quais os outros presos não podem estar com parentes e amigos.

Ao determinar a suspensão das visitas em dias extraordinários, o juiz disse que há necessidade de garantir “o restabelecimento da harmonia no

sistema prisional” e atender ao princípio constitucional da igualdade. Apesar de ter suspenso as visitas fora de hora, o magistrado ressaltou que excepcionalmente eventuais medicamentos e gêneros alimentícios a determinado preso poderão ser entregues à Direção da Unidade Prisional por parte de familiar ou visitante.

Prioridade negada. O juiz Ribeiro tomou a decisão dois dias após o colega da Vara de Execuções Penais Vinicius Santos Silva ter rejeitado um pedido da defesa do ex-ministro José Dirceu para que fosse realizada com prioridade a análise de sua contratação por um hotel de Brasília. Dirceu está preso desde novembro na Papuda, onde cumpre pena por envolvimento com o mensalão.

Na quinta-feira, o advogado de Dirceu, José Luís de Oliveira Lima, anunciou que o ex-ministro havia desistido da proposta de emprego que lhe garantiria um salário de R\$ 20 mil mensais. Segundo o advogado, havia um “clima de linchamento midiático instalado contra José Dirceu e contra a empresa que lhe ofereceu trabalho”.

Reportagem do *Jornal Nacional* da TV Globo havia revelado que a empresa controladora do hotel no qual Dirceu trabalharia é presidida por um auxiliar de escritório que mora em uma região pobre da Cidade do Panamá.

07 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça proíbe rota turística de bike entre SP e Santos

O caso foi julgado após pedido da Ecovias, que alega falta de segurança no percurso; um protesto foi convocado pela internet

Caio do Valle

Um tradicional passeio de ciclistas e cicloativistas paulistanos foi proibido pela Justiça. Em decisão publicada anteontem, o juiz Sérgio Ludovico Martins, da 4.ª Vara da Comarca de Cubatão, no litoral, vetou a realização, amanhã, da chamada Rota Cicloturística Márcia Prado pela Rodovia dos Imigrantes. No percurso, que tem esse nome em homenagem à ciclista morta em 2009 na Avenida Paulista, os participantes querem ir de São Paulo a Santos pela estrada que corta a Serra do Mar.

O caso foi julgado após um pedido da concessionária Ecovias, responsável por administrar o sistema Anchieta-Imigrantes. Em sua decisão, o magistrado argumentou que, apesar de a “recente crise de mobilidade urbana” que acometeu o País trazer “consigo o fomento a modais diversos do veículo au-

tomotor”, no caso referido, “o lugar público se refere a rodovias de alta concentração de carros de passeio e caminhões pesados, com vários trechos desprovidos de acostamento, destacando-se os inúmeros túneis”.

Ludovico prossegue dizendo que “no íterim de um estado democrático de direito se mostra incabível ventilar-se da existência de direitos absolutos”, o que, em sua avaliação, faz com que “seja mitigada a prerrogativa dos usuários de livre circulação e manifestação em detrimento da própria segurança e da segurança de terceiros”.

Para o cicloativista Willian Cruz, do site Vá de Bike, a interpretação desrespeita o direito de ir e vir e o artigo 58 do Código de Trânsito Brasileiro. O juiz impôs a multa diária de R\$ 300 mil em caso de descumprimento. E oficiou a Polícia Militar Rodoviária a realizar uma “vigilância” para “evitar a ocorrência de acidentes em rotas ciclísticas”.

Para Guilherme Moraes da Silva, conselheiro jurídico do Instituto CicloBR, a concessionária tem dinheiro para adotar uma solução. O instituto foi citado pelo juiz como um dos organizadores do evento de amanhã, mas Silva diz que a entidade não está por trás do passeio. “Causa estranheza essa decisão. Ele cita coisas que não fazem sentido, como, por exemplo, os túneis. Mas a rota não passa pelos túneis”, afirma.

Na página do evento no Facebook, quase 500 pessoas tinham marcado presença até ontem. O chamado é para uma “manifestação pacífica” pelo percurso, às 8h, saindo da Estação Grajaú da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Em nota, a Ecovias informou que, “para garantir que o evento não ocorra sem as necessárias autorizações e comprometa, assim, a segurança de todos, a justiça acatou o pedido da Ecovias para impedir a realização da prova”.

Enfermeiro é acusado de torturar criança

Um enfermeiro foi denunciado pelo Ministério Público Estadual por torturar e matar um garoto de 4 anos e depois sumir com o seu corpo em outubro. Segundo o promotor Rogério Zagallo, o namorado dele, um estudante de Engenharia do Mackenzie, confirmou o crime, mas foi denunciado apenas por não interferir na tortura. A criança era obrigada a ajoelhar sobre grãos e sofria agressões físicas – a última delas teria sido fatal. O corpo ainda não foi localizado.

Oficial da PM é julgado por assassinato de juíza

O tenente Daniel Santos Benitez Lopez, um dos 11 PMs acusados de envolvimento no assassinato da juíza Patricia Lourival Acioli, em 11 de agosto de 2011, começou a ser julgado ontem pelo Tribunal do Júri de Niterói, na Região Metropolitana do Rio. O réu responde pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha armada. Dos 11 acusados, 5 já foram julgados e condenados. Ao chegar ao fórum, Marciel Lopes, pai do policial, agrediu um cinegrafista.

07 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

'O racismo está muito naturalizado'

Especialistas em relações raciais afirmam que leis brasileiras já permitem avanços, mas a sociedade ainda precisa torná-las realidade

Bruno Paes Manso
Guilherme Soares Dias
ESPECIAL PARA O ESTADO

"Há uma naturalização do racismo no Brasil. O racismo estrutura todas as nossas relações. É um racismo estrutural, que está no plano do inconsciente", afirma o presidente do Instituto Luiz Gama, Sílvio Almeida, para tentar explicar o caso do estudante Lucas Neiva, de 8 anos, que teve problemas em uma escola por causa de seu estilo de cabelo black power. Segundo ele, ações como essa fazem parte do cotidiano da população negra no Brasil.

Para debater esses temas, a TV Estadão recebeu ontem o presidente do Instituto Luiz Gama e a colaboradora do Núcleo de Consciência Negra, que fica na USP, Maria José Menezes. Eles falaram também sobre novas legislações, cotas no serviço público e sobre a morte do líder e ex-presidente sul-africano Nelson Mandela.

RACISMO NO COTIDIANO

Almeida: O que me espanta mais na discussão é que as pessoas ainda ficam em dúvida se é ou não racismo (no episódio do menino de 8 anos). A diretora da escola está praticando racismo e talvez ache que estava fazendo bem para o menino, mas, na verdade, está fazendo mal terrível. Se comprovados os fatos, pode ser punida por racismo. Existe a Lei 7716/89, artigo 6, que prevê pena de 3 a 5 anos de reclusão por impedir alguém de fazer matrícula por raça. Existe racismo no Brasil. Nosso esforço tem de ser no sentido de desconstruir esse tipo de relação que faz parte desse cotidiano.

Maria José: (O racismo) Está muito naturalizado, faz parte da espinha dorsal da sociedade. O caso da professora da USP (Adriana Alves, que afirmou em novembro ter sido ofendida por um dono de um bar no Butantã) foi outro. Ela é jovem e foi agredida verbalmente. Se fosse uma mulher branca, o agressor não utilizaria aqueles termos. Na USP, um estudante negro foi agredido na quadra porque estava jogando bola. Chegou um time de vôlei achando que a quadra era deles. Ele foi agredido e hospitalizado. Isso não comoveu, não causou nenhum impacto na USP. Uma estudante de pós-graduação de Zoologia, para entrar na escola de educação física, tinha de inostrar a carteirinha da USP e só ela era cobrada. Ela não tem cara de estudante da USP. Isso é visto com naturalidade. Existe uma lei que não é respeitada. Nas delegacias, os delegados compreendem isso como injúria e não como racismo, o que impede muito que a lei seja aplicada.

COTAS

Almeida: é um avanço importante nas lutas do movimento negro, reconhecimento jurídico de algo que há muito tempo é motivo de luta. Esse segundo momento das cotas, apesar do reconhecimento do Supremo, ainda existe ruído sobre as cotas no mercado de trabalho. Recentemente, dei um parecer jurídico para a Ouvidoria e Defensoria Pública do Estado de São Paulo. As cotas são plenamente compatíveis com a Constituição dentro do serviço público. Não precisaria nem de uma lei para tratar disso, porque já tem

o Artigo 39 do Estatuto da Igualdade Racial que prevê a criação de ações afirmativas. As cotas estão inseridas nisso, para contratação no serviço público que deve se dar por meio de serviço público, em todas as esferas, seja nos Estados ou no governo federal. Mas, agora, a gente esbarra em um problema que é tornar isso realidade, efetivo, trazer resultado dentro da política pública. Esse problema de identificar quem é negro no Brasil só começa no momento em que se institui as ações afirmativas que beneficiam a população negra no Brasil.

08 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Sonhática

'JUÍZA DOS JUÍZES' DIZ QUE NÃO É PSB, É MARINA

Ex-corregedora que será candidata ao Senado na Bahia salienta compromisso com ex-ministra



Resignificação

“É uma questão moral (se filiar posteriormente à Rede), de compromisso com a Marina”

Eliana Calmon

EX-CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA E PROVÁVEL CANDIDATA AO SENADO PELO PSB DA BAHIA

“(Eliana) faz uma filiação política à Rede e uma filiação democrática e transitória no PSB”

Marina Silva

EX-MINISTRA DO MEIO AMBIENTE, SOBRE FILIAÇÃO DE JUÍZA AO PSB, QUE SERÁ FORMALIZADA NO DIA 18

Polêmica. Eliana Calmon ficou conhecida ao dizer que havia 'bandidos de toga' no Judiciário

Isadora Peron

Dois dias depois de o governador de Pernambuco e presidente nacional do PSB, Eduardo Campos, anunciar a filiação ao partido da ex-corregedora nacional de Justiça Eliana Calmon pelo Facebook, a ex-ministra Marina Silva fez questão de ressaltar que Eliana, na verdade, está aderindo à Rede Sustentabilidade. A mensagem, em tom de recado, foi divulgada na sexta-feira, também na rede social.

“(Eliana) faz, neste momento, uma filiação política à Rede e uma filiação democrática e transitória no PSB”, escreveu Marina.

A ex-ministra e seus aliados decidiram entrar no PSB em outubro, depois de o Tribunal Superior Eleitoral negar o pedido de criação da Rede. Está acordado entre os dois grupos que os integrantes que se

filiaram ao partido de Campos poderão migrar para a Rede quando a nova legenda sair do papel, o que deve acontecer após as eleições de 2014.

“Embora a Rede ainda seja um partido clandestino em plena democracia, como tenho dito desde que o registro da Rede foi negado pelo TSE, ela (Eliana) chega para nos ajudar na construção do nosso programa e dessa nova ferramenta para a resignificação da política no Brasil”, afirmou a ex-ministra.

Em sua mensagem no Facebook, Campos nem sequer mencionou o nome da Rede. Exaltou apenas as qualidades de Eliana. “Quando assumiu o cargo de corregedora no Conselho Nacional de Justiça, Eliana conseguiu uma vitória que muitos julgavam impossível: aumentar a moralização e a eficiência da Justiça no Brasil”, disse o provável candidato à Presidência.

Primeira mulher a integrar o Superior Tribunal de Justiça (STJ), Eliana ocupou o cargo de corregedora do CNJ entre 2010 e 2012 e ficou nacionalmente conhecida depois de declarar que o seu trabalho de fiscalizar o funcionamento do Poder Judiciário estava sendo atrapalhado por “bandidos de toga”.

A declaração gerou uma crise no Judiciário e virou os holofotes para Eliana, que defendia investigações mais rígidas diante das suspeitas de irregularidades cometidas por magistrados.

Com seu estilo combativo, colecionou desafetos, que atribuíam à ex-corregedora projeto de cunho eleitoral, o que, ela sempre negou.

CONTINUA

08 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Compromisso'. Ao Estado, a ex-corregedora disse ter um "compromisso" com Marina e que a filiação à Rede no futuro é uma "questão moral". Desde que decidiu criar a Rede, o grupo de Marina corteja Eliana. A ex-ministra chegou a declarar que a Rede da Bahia "sonhava" com essa filiação. Campos também sempre sonhou com Eliana. No início do ano, ofereceu a ela a possibilidade de se candidatar a uma cadeira no Senado ou ao governo da Bahia pelo PSB.

O deputado Walter Feldman (PSB-SP), um dos principais articuladores políticos da Rede, diz que não há tensão entre Rede e PSB quanto a esse assunto. Feldman faz questão de ressaltar que agora os dois grupos estão juntos. Para ele, Eliana carrega consigo "a simbologia da ética" e representa o sentimento de mudança pregado pela coligação PSB-Rede.

A ex-corregedora vai assinar, no próximo dia 18, uma ficha de filiação simbólica da Rede. Um dia depois, acontece a entrada oficial no PSB e o anúncio da sua candidatura ao Senado pela Bahia, para compor a chapa da conterrânea Lídice da Mata, senadora que vai concorrer ao governo baiano.

09 DEZ 2013
O ESTADO DE S. PAULO

STF avalia financiamento eleitoral

Ministros devem analisar nesta semana ação que pede a inconstitucionalidade das doações de empresas a partidos e candidatos

Ricardo Della Coletta / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal agendou para esta quarta-feira o julgamento de uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que visa declarar a inconstitucionalidade do financiamento privado de campanhas eleitorais.

A OAB também pretende que sejam proibidas doações de pessoas jurídicas a partidos políticos e que haja novos limites para o financiamento de campanhas e de siglas por pessoas físicas. A ideia é que o Congresso reformule posteriormente o teto atual, no qual pessoas físicas podem doar até 10% dos seus rendimentos brutos no ano anterior à eleição. A legislação atual também prevê que pessoas jurídicas possam doar até 2% do faturamento bruto do ano anterior à eleição.

O pleito pelo fim do financiamento privado atinge diretamente a principal fonte de arrecadação para campanhas eleitorais. Segundo o *Estadão Dados*, do total de R\$ 114 milhões doados à campanha da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2010, quase 98% vieram de empresas.

Para a OAB, a influência do poder econômico nas disputas eleitorais resulta em distorções entre as condições dos candidatos. “A excessiva infiltração do poder econômico nas eleições gera graves distorções. Ela engendra desigualdade política, na medida em que aumenta exponencialmente a influência dos mais ricos sobre o resultado dos pleitos eleitorais, e, con-

Argumento

“A excessiva infiltração do poder econômico nas eleições gera graves distorções. Ela engendra desigualdade política”

Ordem dos Advogados do Brasil

EM AÇÃO QUE SERÁ JULGADA PELO STF

sequentemente, sobre a atuação do próprio Estado”, escrevem os advogados na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650, de 2011. A ação afirma que “dita infiltração cria perniciosas vinculações entre os doadores de campanha e os políticos, que acabam sendo fonte de favorecimentos e de corrupção após a eleição”.

Conceito. O presidente da OAB, Marcus Vinicius Coelho, disse ao *Estado* que pessoas jurídicas não devem participar de eleições por não se enquadrarem no “conceito de povo”. “A ideia da ADI é manter o princípio republicano de um ‘homem, um voto’. Empresas não constituem o conceito de povo. São entes importantes que devem ser respeitados, mas não integram o conceito de povo e por isso não podem definir rumos eleitorais do País”, disse.

Diante de declarações recentes de alguns ministros, a expectativa da OAB é de um cenário favorável à ADI. Embora esteja pautado para esta semana, o julgamento pode ser adiado, vez que qualquer ministro pode apresentar pedido de vista.

A ação pede a proibição imediata das doações privadas, mas a própria entidade avalia que,

caso o STF avalize a proposta, o fim do financiamento poderia não valer já para 2014, pela proximidade do processo eleitoral. Sobre novos limites para doações, a OAB pede que a Corte determine ao Congresso que, em 18 meses, seja votada nova legislação, com a reformulação dos tetos atuais. Caso o Parlamento descumpra a determinação, caberia ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidir os novos limites, de forma provisória. Pelo pedido da OAB, os limites de hoje só seriam anulados num período de dois anos.

09 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO Para prevenir a corrupção

Desbaratada a quadrilha de funcionários graduados da Prefeitura que fraudou durante anos o Imposto Sobre Serviços (ISS), enriquecendo com propinas pagas por incorporadoras imobiliárias, em troca de descontos ilegais nesse tributo, não bastam que medidas sejam tomadas – como está sendo feito – para que os implicados sejam exemplarmente punidos. É preciso também tomar as providências que se impõem para evitar a repetição de escândalos como esse, que deu aos cofres municipais um prejuízo estimado em cerca de R\$ 500 milhões.

Isto começou a ser feito com a implantação em curso de um sistema de controle eletrônico do ISS, que tem como base, segundo o Sindicato dos Auditores Fiscais da capital, um projeto apresentado pela categoria à Secretaria Municipal de Finanças em 2009. Segundo a entidade, ele só foi desengavetado no final do governo de Gilberto Kassab e retomado agora pelo prefeito Fernando Haddad. A esta altura, pouco importam a autoria do projeto e o empenho maior ou menor de um e outro na sua execução. Para a cidade, o que conta de fato é torná-lo realidade.

Ele prevê a emissão eletrônica do certificado de quitação do ISS, documento indispensável para que as construtoras obtenham o Habite-se. Com esse sistema deixa de existir a necessidade de os fiscais receberem pes-

soalmente, em papel, as notas fiscais de serviços terceirizados que as construtoras apresentam para abater do valor do ISS devido, mecanismo já ultrapassado que favorece a corrupção.

As investigações indicaram que os auditores envolvidos no esquema de práticas ilegais recebiam propina no valor de até 30% do imposto devido e davam desconto de 50% às empresas. Dessa forma, apenas 20% do ISS era recolhido aos cofres da Prefeitura. Para dar aparência de legalidade à fraude, as construtoras envolvidas apresentavam notas fiscais frias ou de serviços prestados em outras obras. A informatização do serviço permite exercer um controle mais rigoroso e dificulta a corrupção.

Uma sugestão feita pelo vice-presidente do Sindicato dos Auditores, Cássio Vieira Pereira dos Santos, deveria merecer a atenção da Prefeitura: “Falta a integração dos sistemas de arrecadação. Cada imposto tem um programa e são todos muito antigos, da década de 1970”. Já que se deseja resolver o problema das falhas no sistema de arrecadação, deve-se aproveitar a ocasião para considerar todos os seus aspectos.

Tornar tanto quanto possível simples e impessoais, por meio da informática, os procedimentos burocráticos que envolvem relações de servidores com os contribuintes, em especial as empresas, é uma das formas mais eficientes de prevenir a corrupção. Isso possibilita limitar muito a conhecida prática

de “criar dificuldades para vender facilidades”, que prospera no contato pessoal de fiscais e outros funcionários com quem tem assuntos a tratar na administração pública.

Isto ficou claro também no escândalo, que estourou no ano passado, envolvendo o ex-diretor do extinto Departamento de Aprovação de Edificações (Aprov) Hussain Aref Saab, acusado de receber propina para facilitar a emissão de autorização para construções de médio e de grande portes, e que adquiriu 106 imóveis nos sete anos em que permaneceu naquele cargo. No final do governo Kassab, numa tentativa de barrar essas práticas criminosas, foi implantado um sistema de informatização do processo de análise das construções. Com o mesmo objetivo do que se está fazendo com o ISS – estabelecer procedimentos impessoais, além de tornar mais rápida a liberação de documentos.

Fernando Haddad foi ainda mais longe nessa direção e criou em julho passado a Secretaria Municipal de Licenciamento, com o objetivo de dar tratamento mais racional, ágil e transparente aos pedidos, à análise e à liberação de alvarás para obras. Esse é o caminho a seguir para coibir os abusos e práticas ilegais que, como demonstraram esses dois escândalos que estouraram no curto espaço de pouco mais de um ano, se haviam disseminado por importantes setores da administração municipal. É uma forma de tentar cortar o mal pela raiz.

09 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO Presidente do Cade não saiu do PT, diz Justiça

Vinícius de Carvalho pediu desfiliação só
ao partido, sem notificar cartório eleitoral

A Justiça eleitoral barrou estratégia do presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Vinícius de Carvalho, que pretendia reconhecimento retroativo de sua desfiliação do PT a 16 de maio de 2008 – data em que afirma ter comunicado sua decisão ao Diretório Municipal do partido. Como não fez o mesmo perante a Justiça, ele continua ligado ao PT, segundo a decisão.

Para a juíza Rosângela Maria Telles, da 252.^a zona eleitoral de São Paulo, o fato de Carvalho ter notificado apenas o partido não lhe confere a desfiliação no âmbito da Justiça. Ao requerer a retroatividade, Carvalho alegou que pretendia evitar questionamentos acerca da legitimidade do exercício de seu mandato no Cade, cadeira que ocupa desde 30 de maio de 2012, mas que lhe seria vedada caso não tivesse efetuado a comunicação de sua desfiliação.

São antigos os vínculos de Carvalho com o PT. Ele trabalhou no gabinete do deputado licenciado Simão Pedro, secretário de Serviços da gestão Fernando Haddad na Prefeitura de São Paulo, mas omitiu esse dado de seu currículo em ao menos quatro oportunidades, como revelou o *Estado*, em setembro. O gesto lhe custou advertência da Comissão de Ética da Presidência. Ele disse que foi “um lapso”.

● Ainda filiado

“O eleitor deveria ter comunicado não apenas a desfiliação ao diretório do partido, como também ao Juízo Eleitoral. Caso não adote esta última providência, continuará a ser considerado filiado ao partido. (...) De sorte que não há como acolher a pretensão inicial (de Carvalho)”

Rosângela Maria Telles

JUÍZA DA 252.^a ZONA ELEITORAL
DE SÃO PAULO

Em maio, o Cade fez acordo de leniência com a Siemens que revelou cartel no sistema metroferroviário em governos do PSDB em São Paulo (1998/2008) e no governo do DEM, do DF. Os lenientes são 6 executivos da multinacional alemã, entre eles Everton Rheineimer, que fez delação premiada na Polícia Federal e apontou suposto esquema de propinas para parlamentares.

Em meio à polêmica, Carvalho bateu à porta da Justiça eleitoral. Em despacho de 17 de outubro, a juíza Rosângela Telles assinalou. “O requerente comunicou a sua desfiliação tão somente ao Diretório do Partido dos Trabalhadores. Contudo, nada comunicou ao Juízo eleitoral.”

A juíza cita que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já se posicionou sobre a matéria. “Dessa forma, o eleitor deveria ter comunicado não apenas a desfiliação ao diretório do partido, como também ao Juízo Eleitoral. Caso não adote esta última providência, continuará a ser considerado filiado ao partido. Isto vale para as hipóteses em que o eleitor pretende apenas a sua desfiliação, sem se filiar novamente a outro partido, como também no caso de desfiliar-se de um partido e filiar-se a outro, situação que configurará dupla filiação partidária. Desorte que não há como acolher a pretensão inicial (de Carvalho).” **FAUSTO MACEDO**

07 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Cotas raciais no serviço público dividem opiniões

Lei que reserva 20% das vagas em concursos da administração federal para negros foi aprovada em comissão da Câmara, mas está longe de ser unanimidade

Katnã Baran, com agências

O projeto de lei do Executivo que cria cotas raciais no funcionalismo público foi aprovado na última quarta-feira pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O texto prevê que 20% das vagas em concursos da administração federal sejam reservadas para afrodescendentes. Segundo dados da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, 23% dos servidores federais se autodenominam negros.

Apesar de já estar prevista no Estatuto da Igualdade Racial, a política de cotas no funcionalismo público, assim como nas universidades, ainda gera controvérsias entre especialistas e a população. Um levantamento nacional realizado em agosto pela Paraná Pesquisas a pedido

da Gazeta do Povo mostrou que 73,9% dos entrevistados apoiam as cotas sociais nas instituições de ensino, mas apenas 48,5% acreditam que alunos negros e indígenas devam ter o mesmo direito.

Segundo o professor Paulo Vinícius Baptista, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (UFPR), as cotas no serviço público são uma demanda antiga do movimento e complementam as políticas inclusivas já instituídas no estado — desde 2003, existe uma lei paranaense que determina que 10% das vagas no funcionalismo sejam destinadas aos negros (veja mais no quadro). “Isso apresenta impactos significativos na entrada de profissionais negros no mercado, principalmente nas carreiras de alto prestígio social”, afirmá.

Ele observa que, quando a lei de cotas foi aprovada no Paraná, cerca de 20% da população do estado se autodeclarava preta ou parda e, hoje, este número cresceu para 28%, o que também justificaria uma maior reserva de vagas. “Temos uma desigualdade acumulada gigantesca. Qualquer centro de pesquisa produz dados que mostram, por exemplo, a desigualdade da população brasileira, mas no quadro desses institutos há uma população ne-

gra baixíssima”, aponta, citando também o baixo índice de professores afrodescendentes nas universidades federais — que, segundo ele, gira em torno de 0,5%.

Desvirtuamento

Já a advogada Wanda Marisa Gomes Siqueira, representante do Movimento contra o Desvirtuamento do Espírito da Política de Ações Afirmativas nas Universidades Federais e do Instituto de Direito Público e Defesa Comunitária Popular, defende apenas os critérios sociais para instalação de cotas. Segundo ela, essa política tem sido desvirtuada na prática, já que não há critérios estabelecidos para distinção de negros do restante da população. “Na verdade, todos nós temos sangue negro”, diz.

Como exemplo desse desvirtuamento histórico da reserva de vagas no Brasil, Wanda cita uma lei da década de 1960, que instituía cotas para filhos de agricultores nas faculdades de farmácia e agronomia. “A regra vigorou durante muitos anos, mas beneficiou somente filhos de latifundiários”, cita. “O espírito da lei é bom, mas o que se observa é um desvirtuamento, o que impossibilita que alunos carentes e de classe média consigam vagas”, observa.

CONTINUA

07 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

POLÊMICA

Paraná tem lei há dez anos, mas sem mecanismo de controle

Enquanto a reserva de vagas em concursos públicos engatinha em âmbito federal, no Paraná a previsão existe desde 2003, quando a Assembleia Legislativa aprovou e o governo estadual sancionou uma lei que destina 10% das vagas para afrodescendentes. A proposta foi apresentada pelo então governador e hoje senador Roberto Requião (PMDB).

A lei paranaense, porém, ainda não prevê um mecanismo de controle – considera-se afrodescendente aquele que se assim se declarar. Em 2010, uma das ações envolvendo esse artigo chegou ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve decisão de primeira e segunda instâncias e determinou a reintegração de um trabalhador da Sanepar.

Já no exercício do cargo, o jovem foi demitido por justa causa com a alegação de que não tinha características da "raça" negra. O trabalhador, que é filho de pai negro e mãe branca, e não herdou as características do pai, ajuizou reclamação trabalhista e juntou aos autos diversas fotos de seus familiares para comprovar a afrodescendência. Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul também já regulamentaram a reserva no serviço público. (KB)

23%

DOS SERVIDORES

federais que se autodenominam negros, segundo dados oficiais da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República.

48,5%

DA POPULAÇÃO

avalia que as instituições de ensino devem adotar a política de cotas raciais. Quando o assunto são as cotas sociais, o índice sobe para 73,9%.

07 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

DE OLHO
NO LEÃO

Isenção para viúvas e dependentes

Em recente julgamento, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou um mandado de segurança impetrado pela viúva de militar anistiado contra a cobrança de imposto de renda (IR) sobre pensão relativa a indenização paga a anistiados políticos, com base na Lei 10.559/02.

Relator da demanda, o ministro Humberto Martins, que concedeu a segurança, ressaltou que a matéria, ao ser regulamentada, permitiu os pagamentos isentos de imposto incluindo aposentadorias, pensões ou proventos de qualquer natureza recebidos por anistiados políticos, civis ou militares.

"Ressalte-se ainda que a Lei nº 10.559 não restringiu a percepção da referida isenção aos titulares do direito à reparação econômica de caráter indenizatório, uma vez que estendeu, explicitamente, a percepção do benefício fiscal aos seus dependentes, no caso de falecimento do anistiado político", explicou o ministro.

Legitimidade

Em fase anterior ao julgamento, o mandado de segurança havia sido negado sem exame de mérito devido ao reconhecimento de ilegitimidade do ministro da Defesa para figurar como autoridade coatora. Mas o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu provimento a um recurso ordinário para afastar essa ilegitimidade.

No novo julgamento, o ministro Humberto Martins ressaltou que o STJ já vem decidindo que o ministro da Defesa e os comandantes das Forças Armadas ostentam legitimidade para figurar no polo passivo de mandado de segurança que ver-se sobre o desconto do Imposto de Renda sobre os proventos e pensões decorrentes de anistia política.

Seguindo o voto do relator, a Primeira Seção concedeu a segurança para determinar que as autoridades coatoras suspendam o desconto do imposto sobre os pagamentos feitos à viúva do anistiado político.

Outras viúvas

A nossa legislação não prevê esse favor fiscal para o restante dos mortais. Bem por isso, a Justiça de Pindorama poderia pegar carona nesse entendimento do STJ e reconhecer que as demais viúvas dos súditos brasileiros

também merecem esse reconhecimento, especialmente aquelas cujos maridos eram, em vida, beneficiários de isenção do IR sobre os proventos de aposentadoria por doença grave. Atualmente, a isenção não passa da pessoa do titular. Em outras palavras, a viúva e os dependentes comuns, mesmo sem outras rendas, pagam IR sobre a pensão deixada pelo de cujus – o que não deixa de ser tratamento fiscal de extrema crueldade. Não menos brutal é a orientação legal que manda tributar a pensão alimentícia decorrente das normas do Direito de Família, quando recebida por ex-mulher desempregada para garantir a sobrevivência própria e dos filhos menores que ficam sob a sua guarda.

07 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Conversação

MARLON RBS, juiz,
integrante do MCCE e autor
do livro *O Gigante Acordado -
Manifestações, Ficha Limpa
e Reforma Política* (Leya, 2013)



Como o senhor vê a produção bibliográfica sobre as jornadas de junho e como seu livro se encaixa nela?

Não era possível viver o que estávamos vivendo e não submeter isso a uma análise mais aprofundada. Foi isso o que eu e outros autores tentamos fazer, mas não consultei outras obras porque o escrevi no calor do momento. Foi um olhar de perto, do qual tentei tirar diagnósticos e lições sobre nossas instituições.

O malogro da “agenda positiva” do Senado e o caráter difuso dos protestos desanimou a população?

Sim, mas esse é um protesto que tem ape-

nas começo, e não fim. As pessoas que foram às ruas queriam ser ouvidas, e isso mostra que a nossa democracia tem um déficit de recebimento de mensagens pelas vias representativas. Nossa democracia é seletiva, elitista, e faz com que muitas pessoas se sintam alijadas de seu direito de expressão.

A visibilidade da Copa do Mundo de 2014 pode fazer com que os protestos voltem às ruas?

Sim. A coexistência da Copa das Confederações e dos protestos fez com que as jornadas de junho ganhassem grandes proporções. Como a grande maioria das pautas não foi atendida, há esse risco.

Inelegíveis

O ex-prefeito de Campo Largo Edson Basso (PMDB) foi declarado inelegível por oito anos. Basso e José Antonio Lopes dos Santos (PMDB), candidato a vereador na cidade da Região Metropolitana de Curitiba, são acusados de tentar comprar votos nas eleições do ano passado. A decisão é do juiz eleitoral Eduardo Novacki, dada de 28 de novembro. Basso disse que ainda não foi notificado da decisão e que vai recorrer. O caso foi denunciado pela seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com base em dois vídeos em que Basso e Santos aparecem conversando com uma servidora.

Justiça mantém proibição a vans e táxis nas Cataratas

Uma decisão da quarta turma do Tribunal Regional Federal (TRF), de Porto Alegre manteve a proibição para veículos de turismo, vans e táxis entrarem no Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu, a partir do dia 30 de dezembro. Assim, passa a valer a portaria 163/2013 do ICMBio, entidade que administra a reserva. O documento estabelece que a circulação fica restrita a veículos da Concessionária Cataratas S.A., que presta serviços ao Parque Nacional. O transporte é feito em ônibus climatizados. O posicionamento da Justiça desagradou o setor de turismo da cidade.

07 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

**Wilson de
Araújo Bueno**

Paraná aplaude Lerner

Transcendendo os limites da Associação Comercial do Paraná, autora da homenagem a Jaime Lerner, concedendo-lhe a comenda Barão do Serro Azul, honraria máxima daquela Instituição, a festa de segunda-feira no Clube Curitibano sensibilizou a sociedade paranaense em todos os seus segmentos. Do governador Beto Richa ao prefeito Gustavo Fruet, passando ao Poder Judiciário, representado pelo desembargador Paulo Hapner, notáveis tomaram os amplos salões do clube fundado pelo Barão do Serro Azul, que dá nome ao distinguido laurel. Velhos amigos, élos iniciados no Colégio Estadual do Paraná, como Segismundo Morgenstern e Tato Taborda, dividiam espaço com personagens da nova geração, celebrando aquele que alçou Curitiba ao podium mundial com suas soluções de engenharia e urbanismo, que concorreram para melhor qualidade de vida. Igualmente, compartilhavam daquela homenagem expressões da nossa comunicação como o professor Aroldo Murá Haygert. Do staff profissional, fidelíssimos amigos, vibravam com aquela homenagem Carlos Deiró e Jaime Lechinski. Do mundo feminino, viam-se personagens como Liana Veiga Lopes e Léa Miró Rebello. Pelo porte e beleza, destacavam-se, entre outras, Ana Letícia Bueno Netto e Michelle de Cérjat Hermont. Em tempo: digna de elogios a atuação do mestre de cerimônias, Carlos Marassi, que respondeu também pela ordenação do evento.

07 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Três são presos por suspeita de cobrar propina

LONDRINA

Fábio Silveira e Juliana Gonçalves

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) prendeu ontem três pessoas em Londrina em uma ação relacionada a fraudes na doação de terrenos pelo Instituto de Desenvolvimento de Londrina. Entre os presos está um servidor de carreira, que estaria cobrando propina para facilitar a doação. As investigações começaram há cerca de dois meses. O servidor preso, Eduardo Reale, tem 29 anos de carreira e é suspeito de cobrar propina de empresários interessados em ganhar terreno dentro da política de incentivo ao desenvolvimento econômico da cidade. Também foram presos o empresário Dorival Pereira e a corretora Eliana Teixeira Gonzaga. O ponto de partida das investigações foi a denúncia de um empresário que teria sido abordado com a oferta de facilitação no pedido de doação de terreno — ele não pagou a propina. O prefeito Alexandre Kíreeff (PSD) anunciou a abertura de um procedimento para investigar o caso. Os advogados dos presos não comentaram o assunto.

GUARAPUAVA

Suspeita de fraudes, secretária colabora com investigação e é liberada

A secretária de Educação de Guarapuava, Sandra Zanette, suspeita de envolvimento em fraudes de licitação, se apresentou na última quinta-feira ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), mas não ficou presa. Segundo seu advogado, Mohamed Darwiche, Sandra prestou mais de duas horas de esclarecimentos e teve o pedido de prisão temporária revogado. O Ministério Público aguarda que o secretário de Obras, Edison Sanches Filho, e outros dois servidores públicos se apresentem. Eles compõem o grupo de sete pessoas que tiveram a prisão temporária decretada pela Justiça na operação deflagrada na quarta-feira. Os policiais cumpriram 28 mandados de busca e apreensão, e dois dos sete mandados de prisão. Segundo o promotor Vitor Hugo Honesko, coordenador do Gaeco de Guarapuava, a investigação iniciada em agosto deste ano comprova que houve fraude em ao menos dois processos licitatórios: na montagem de um palco para encenação da Paixão de Cristo e na reforma de prédios públicos.

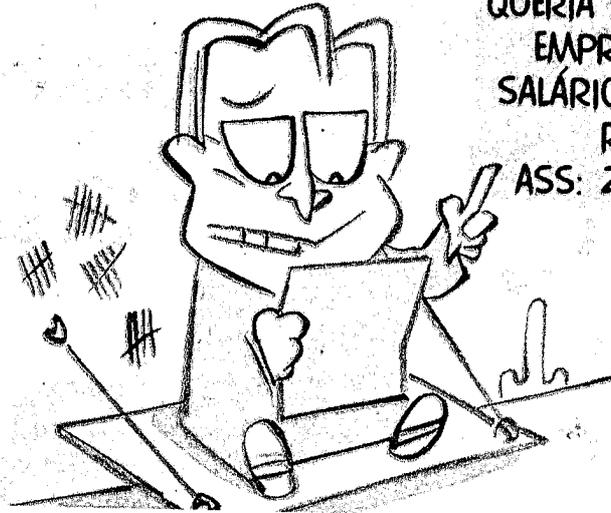
07 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

BENETT

DIRCEU

"QUERIDO PAPAI NOEL:
NESTE NATAL EU
QUERIA GANHAR UM
EMPREGO COM
SALÁRIO DE 20 MIL
REAIS.
ASS: ZÉ DIRCEU"



INDEFERIDO!



08 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» LIBERDADE DE IMPRENSA

Em 2 anos, jornais brasileiros foram censurados 17 vezes

Todas as proibições judiciais de reportagens envolvem políticos ou servidores, que usam o segredo de Justiça para bloquear informações de interesse público

Taiana Bubniak

■ Em todo o país, 17 decisões judiciais envolvendo veículos de comunicação foram classificadas como censura pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) entre 2012 e 2013. Todas proibiram os veículos de citar nomes, dados ou informações sobre processos relativos a órgãos e servidores públicos, políticos ou candidatos. Em alguns casos, reportagens que já tinham sido publicadas e estavam disponíveis em sites tiveram de ser tiradas do ar. Somente a *Gazeta do Povo* foi alvo de duas decisões desse tipo neste ano.

A recorrência de censura judicial constatada no relatório da ANJ reacende a discussão sobre o choque entre a publicação pela imprensa de casos de interesse público com o segredo de Justiça — que tem sido um dos principais argumentos para impedir publicações. Em outras palavras: até que o ponto os jornalistas têm

de seguir o preceito do segredo de Justiça, que é válido para funcionários do Judiciário e advogados envolvidos diretamente no processo?

Jurisprudência

“Com relação ao uso de informações jornalísticas, já há consenso na jurisprudência brasileira sobre a ampla liberdade de divulgação”, diz Otávio Rodrigues Junior, professor de Direito da USP. “Várias decisões de tribunais superiores consideram legítima a publicação de investigações parlamentares ou de processos criminais envolvendo pessoas públicas.”

De acordo com ele, políticos, servidores e profissionais que tenham atividades ligadas ao Estado podem ter informações amplamente divulgadas, a não ser em casos que invadam a intimidade. “Essas informações podem ser publicadas porque envolvem o conhecimento da sociedade sobre o que a pessoa faz com o mandato e, conseqüentemente, com a confiança depositada nela.”

Quando a ação judicial envolve o segredo de Justiça, um dos entendimentos é de que o sigilo processual seria uma obrigação do juiz, funcionários do Judiciário, advogados envolvidos e demais pessoas que atuam no caso. Mas não do jornalista que eventualmente tenha acesso a ele.

“Se o caso for de relevante interesse público e o jornalista tomar conhecimento do processo, não parece ilícita a publicação. O código ético dos profissionais da comunicação indica que ele deve informar situações de interesse público, independentemente da previsão de segredo de Justiça que envolva o processo”, diz o advogado Rodrigo Xavier Leonardo, professor de Direito Civil da UFPR.

O advogado e professor René Dotti explica que o segredo de Justiça vale para os processos em que a publicidade dos atos infrinja a defesa da intimidade do envolvido ou se o interesse social o exigir: “Nos casos de família, ou que envolvem vítimas menores de idade ou mulheres, ou ainda, naqueles casos em que o envolvido corre risco, como linchamento, a lei permite a restrição de publicização dos encaminhamentos do processo”, diz Dotti. Segundo ele, dados bancários e telefônicos dos envolvidos também devem estar restritos, para manter a segurança. “A Constituição estabelece essas exceções e no restante dos casos as informações são públicas.”

CONTINUA

08 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Gazeta do Povo não pôde publicar informações sobre 2 casos

Na última quarta-feira, caiu a liminar que proibia a Gazeta do Povo, desde 30 de outubro, de publicar informações sobre a acusação de que o deputado estadual Gilberto Ribeiro (PSB) atropelou um adolescente e prestou informações falsas no inquérito que investigou o caso. Ribeiro recorreu ao Judiciário para impedir que informações fossem divulgadas. Foi a segunda vez no ano que o jornal sofreu censura e teve de deixar de tratar de um assunto de interesse público. Em agosto, o ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) Clayton Camargo conseguiu liminar que proibia que o jornal publicasse notícias sobre a investigação que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) conduz contra ele. (TB)



“Se o caso for de relevante interesse público e o jornalista tomar conhecimento do processo, não parece ilícita a publicação.”

Rodrigo Xavier Leonardo, professor de Direito Civil da UFPR.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CENSURADOS

08 DEZ 2013

Veja alguns episódios tratados como censura judicial pela ANJ:

Pernambuco

Em agosto, o TJ-PE concedeu liminar que proibia três veículos (*Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco* e TV Clube) a citarem o nome do deputado estadual Guilherme Uchoa, presidente da Assembleia, em reportagens sobre tráfico de influência no caso de adoção.

Tocantins

A TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo em Gurupi (TO), foi proibida em abril de divulgar imagens da audiência de instrução de um crime cometido por policiais no município. Eles eram acusados da execução de cinco jovens.

Sergipe

Em dezembro de 2012, o jornalista José Goés descobriu ser réu em processo movido pelo desembargador do TJ-SE Edson Ulisses de Melo. O magistrado se sentiu ofendido com um texto ficcional, no qual um personagem imaginário dos tempos da escravidão se vê obrigado a lidar com questões democráticas. Goés foi condenado a 7 anos de prisão por injúria.

Amapá

O juiz eleitoral Adão Joel Gomes de Carvalho, de Macapá, determinou em setembro de 2012 a retirada do ar de nota do blog do jornalista João Bosco Rabello intitulada "Um prefeito sob controle judicial". O post censurado limitava-se a relatar factualmente que o atual prefeito da capital do Amapá, Roberto Goes (PDT), faz campanha com liberdade de movimentos restrita por acordo judicial, não podendo comparecer a locais públicos a partir de determinados horários, nem se ausentar do estado sem autorização judicial.

08 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CASO FABIO CAMARGO

Desembargador se declara suspeito para julgar recondução ao TC

O desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) Antônio Loyola Vieira declarou-se suspeito para julgar o mandado de segurança impetrado pelo conselheiro afastado do Tribunal de Contas (TC) Fabio Camargo, que pede para ser reconduzido ao cargo. "Averbo minha suspeição para atuar nesse mandado de segurança por motivo de foro íntimo", diz o desembargador, ao devolver o processo para a seção de redistribuição do TJ. A liminar que afastou Camargo, em 27 de novembro, foi concedida pela desembargadora Regina Afonso Portes, em mandado de segurança impetrado pelo empresário Max Schrappe. Ele havia sido um dos candidatos que disputou a vaga com Camargo na eleição promovida pela Assembleia em julho, após a aposentadoria do ex-conselheiro Hermas Brandão. A desembargadora entendeu que Camargo não apresentou a documentação necessária e não teve o número mínimo de votos para ser eleito em primeiro turno.

GAZETA DO POVO

**Celso
Nascimento**

É o "truque" se repete

08 DEZ 2013

Acautelai-vos, senhores deputados: o governo acaba de lhes pedir que aprovelem uma nova lei inconstitucional. Isso não é novidade, nem mesmo em relação ao assunto de que trata o Anteprojeto 695/2013, encaminhado pelo governador Beto Richa na semana que passou: outra vez, pretende colocar a mão em depósitos judiciais em montante maior do que a lei permite. Se aprovado e sancionado (ou talvez até mesmo antes disso), alguém vai apelar ao CNJ e a tribunais superiores para que declarem nula a nova lei, assim como já ocorreu outras vezes. E o vexame se repetirá.

O Anteprojeto 695 quer dar ao estado o direito de transferir para o Tesouro 70% do total dos depósitos judiciais tributários sob a guarda do Tribunal de Justiça em conta especial da Caixa Econômica Federal. Não, não é isto o que diz a Lei Federal 11.429, assinada por Lula em 2006. Lidas todas as suas condicionantes, o estado teria direito de usar tão-somente 40% e não os 70% que pretende.

No fundo, o estado nem precisa de uma lei própria, já que basta a lei federal para auferir os recursos. Mas, como a "pendura" na Fazenda é tanta, a secretária Jozélia Nogueira, com a ajuda da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), instituiu a que pertence, utilizou-se de um "truque": copiou toda a lei federal, mas suprimiu dela três parágrafos do artigo 1.º — justo os que determinam que permaneçam "imexíveis" 60% dos depósitos como forma de garantir direitos dos contribuintes que vençam as causas que travam contra o estado.

Essa manipulação fica mais evidente no artigo 6.º do anteprojeto, o qual repete o parágrafo 2.º do artigo 2.º da lei federal, suprimindo, no entanto, justamente o inciso III que demonstra a existência de dois fundos diferentes — 30% permanecem no banco e outros 30% constituem um fundo de reserva. Em síntese, uma artimanha que transforma 40% em 70%.

Artifícios semelhantes já foram tentados por outros estados, como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Nos dois casos, ações diretas de inconstitucionalidade (Adis) fizeram-nos bater na trave. Assim como acaba de acontecer com a Bahia, cuja lei — em quase tudo semelhante à pretendida pelo Paraná — foi suspensa por decisão do STF. O ministro Marco Aurélio grafou: "Há descompasso de recursos alusivos a depósitos judiciais e os contidos na lei do estado [da Bahia]. Esse segundo diploma ampliou os limites (...) fixados para todo o território nacional".

As iniciativas anteriores do Paraná quase no mesmo sentido, patrocinadas no primeiro semestre pelo então procurador-geral Júlio Cesar Zem em trabalho conjunto com o afastado presidente do Tribunal de Justiça Clayton Camargo, foram um desastre. A OAB recorreu ao CNJ, que não demorou muito para sepultar as esperanças do estado. O estranho é que agora, mesmo sendo também procuradora e por alguns meses substituta de Zem na PGE, a secretária Jozélia repita o mesmo erro. E que o governador volte a usar sua força para obrigar a Assembleia a aprovar uma lei inconstitucional.

08 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

TC vai investigar 38 licitações suspeitas da Assembleia

Concorrências com indícios de irregularidades são de 2010, quando estourou o caso dos Diários Secretos. Seis ex-servidores da Casa serão investigados. A antiga cúpula política não foi incluída

Guilherme Voitch

O Tribunal de Contas (TC) vai investigar 38 licitações realizadas pela Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) em 2010. Uma auditoria de técnicos do TC levantou uma série de suspeitas de irregularidades nas concorrências públicas. A investigação envolve o período em que o diretor-geral da Assembleia era Abib Miguel, o Bibinho, e também a gestão de seu sucessor no cargo, Eron Abboud — que assumiu após a revelação, pela *Gazeta do Povo* e pela RPCTV, do escândalo dos Diários Secretos. No procedimento investigatório do TC, serão apuradas as responsabilidades dos dois ex-diretores e de outros quatro gestores da Assembleia.

“A homologação dos procedimentos [licitatórios] foi baseada em pressupostos técnicos que eram fornecidos por outros setores da Alep, todos sob a responsabilidade do diretor-geral.”

Trecho do acórdão do TC, no qual os conselheiros decidiram não investigar nenhum deputado.

Nenhum deputado que comandou o Legislativo no período será investigado.

Entre os problemas encontrados nas licitações destacam-se a falta de pesquisa para estimar o preço de mercado dos produtos e serviços contratados; falta de indicação de verba para cobrir os custos da aquisição dos produtos e dos serviços; ausência de fundamentação legal e técnica; superficialidade na análise jurídica dos editais; e especificação dos objetos licitados com base nas propostas apresentadas pelas empresas participantes. Os técnicos do TC ainda apontaram casos de dispensa indevida de licitação.

Os processos questionados pelo TC referem-se a serviços de publicidade e divulgação, telecomunicações e informática, reforma de instalações e manutenção, entre outros.

A investigação será feita

por meio de uma tomada de contas extraordinária. O procedimento é indicado quando existe a necessidade de mensurar a extensão e os responsáveis por condutas que impliquem em danos ao patrimônio público.

O advogado de Bibinho, Eurofino Reis, disse que ainda não tomou conhecimento da decisão do TC. O advogado de Eron Abboud, Iverlei Teixeira, disse que não poderia se manifestar sobre o assunto porque desconhecia o teor da decisão.

Parlamentares

O procedimento do TC não vai apurar a responsabilidade dos deputados Nelson Justus (DEM) e Alexandre Curi (PMDB), presidente e primeiro-secretário da Assembleia, respectivamente, na época das licitações. Curi é citado no relatório preliminar da auditoria; Justus não. Em sua defesa, Curi afirmou que os atos de gestão interna da Assembleia são de competência do diretor-geral, conforme determinado pelo Decreto 52/84. O argumento dele foi aceito pela diretoria de contas estaduais e pelos conselheiros do TC, que entenderam que ele não conduzia “atos de gerência interna” da Assembleia. A decisão de abrir a investigação foi tomada pelos conselheiros, em sessão do pleno, em 31 de outubro.

CONTINUA

08 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Após 3 anos, MP ainda não fechou inquérito-crime contra deputados

Chico Marés

Três anos e meio depois da revelação do escândalo dos Diários Secretos, por meio da publicação de reportagens pela Gazeta do Povo e pela RPCTV, o Ministério Público Estadual (MP) não apresentou ações criminais contra dois dos principais investigados: os deputados estaduais Nelson Justus (DEM) e Alexandre Curi (PMDB) — ex-presidente e ex-primeiro-secretário da Assembleia, respectivamente, na época em que ocorreu o desvio de dinheiro público do Legislativo.

Um inquérito contra os deputados está sendo conduzido pelo gabinete do procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia. Segundo um dos promotores que trabalham no caso, Fábio Guaragni, há a possibilidade de, em caso de condenação por pena mínima, as penas dos crimes já estarem prescritas.

As investigações começaram em 2010, quando o esquema foi revelado. Em março de 2013, 13 mandados de busca e apreensão na casa de 11 funcionários e ex-funcionários da Assembleia foram cumpridos. Atualmente, os promotores aguardam perícia do material coletado. Segundo Guaragni, a documentação obtida foi enviada ao Instituto de Criminalística, e os promotores ainda aguardam o retorno. Ele diz ainda que outras diligências estão sendo realizadas.

Como os supostos crimes que estão sendo apurados teriam ocorrido entre 2007 e 2010, Guaragni não descarta a possibilidade, ainda que remota, da prescrição das penas. Como os supostos ilícitos

investigados ocorreram antes de maio de 2010, a prescrição de um eventual crime funciona pela regra antiga: todos os prazos, da apresentação da denúncia à condenação, têm de ser revistos.

Nesse inquérito, caso haja uma condenação por peculato (apropriação de bens públicos) — principal delito dos quais Curi e Justus são suspeitos — e o Tribunal de Justiça (TJ) decida pela pena mínima, de dois anos de prisão, o prazo de prescrição seria de quatro anos entre a ocorrência dos supostos crimes e a apresentação da denúncia. Nesse caso, todo o caso estaria prescrito já em 2014. Entretanto, caso a condenação não seja a mínima, mesmo que seja de dois anos e um mês, o prazo dobra.

Segundo Guaragni, o prazo com o qual os promotores trabalham é de prescrição em oito anos. “Se a pena for um dia maior do que o mínimo, o prazo é de oito anos. Portanto, trabalhamos com esse prazo, que é mais factível”, afirma. De acordo com ele, seria muito difícil apresentar uma denúncia forte dentro do prazo de prescrição da pena mínima, já que as investigações se iniciaram em 2010, quando os fatos foram descobertos, e parte dos acontecimentos ocorreram em 2007. Além disso, as investigações ganharam mais consistência recentemente, com a quebra do sigilo bancário dos envolvidos.

Outras ações

O MP apresentou duas ações criminais sobre o caso Diários Secretos, que foram desmembradas pelo TJ em oito subprocessos. Oito ex-funcionários fantasmas e os ex-diretores da Assembleia José Ary Nassiff e Cláudio Marques de Oliveira foram condenados em primeira instância. Parte dos réus recorreu da decisão. Já o ex-diretor-geral da Assembleia Abib Miguel, o Bibinho, ainda aguarda julgamento.

CONTINUA

PRESCRIÇÃO

Se Justus e Curi vierem a ser processados por peculato, o caso estaria prescrito já em 2014 se eles forem condenados à pena mínima.

08 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO

Esquema dos Diários Secretos desviou R\$ 200 milhões

Em março de 2010, a **Gazeta do Povo** e a RPC TV realizaram a série de reportagens Diários Secretos. As matérias revelaram um esquema de desvio de dinheiro da Assembleia por meio da contratação de funcionários fantasmas e laranjas. A edição de diários oficiais avulsos, inacessíveis à sociedade, "legalizava" atos a contratação dos fantasmas e impedia que se descobrisse que eles trabalhavam para a Assembleia. Segundo estimativas do Ministério Público (MP), cerca de R\$ 200 milhões foram desviados pelo esquema. O período no qual as irregularidades ocorreram atingem gestões de dois ex-presidentes da Assembleia: Hermas Brandão, entre 2001 e 2007, e Nelson Justus, entre 1999 e 2001 e depois entre 2007 e 2010. O ex-diretor-geral da Casa Abib Miguel, o Bibinho, foi apontado como principal operador do esquema. **(CM)**

AÇÕES JUDICIAIS

Acusações cíveis contra Justus e Curi tramitam mais rapidamente

Enquanto o inquérito criminal contra os deputados Nelson Justus (DEM) e Alexandre Curi (PMDB) está em fase de investigação, sete ações civis públicas por improbidade administrativa que incluem os dois deputados foram apresentadas pelo Ministério Público (MP). Uma delas foi aceita recentemente, em 20 de outubro, pela 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Além disso, R\$ 164,1 milhões foram bloqueados pela Justiça em abril, por causa desta mesma ação. Três delas tramitam em segredo de Justiça. O deputado Nereu Moura (PMDB), primeiro-secretário na gestão anterior à de Justus, entre 2001 e 2007, também é réu em três dessas ações. Na época, o presidente era o ex-deputado Hermas Brandão, réu em quatro dos processos. Geraldo Cartário, segundo-secretário na época, é réu em uma. Já o ex-diretor da Assembleia Abib Miguel, o Bibinho, responde a seis ações cíveis. Todas foram apresentadas entre 2010 e 2012 e tramitam em primeira instância. Nenhuma foi julgada.

Sem comparações

Para o promotor Fábio Guaragni, responsável pelo inquérito criminal envolvendo Justus e Curi, não é possível comparar a celeridade do MP nas ações criminais e cíveis, devido à natureza do Direito Penal e Cível. "A matéria de improbidade administrativa é bem diferente da criminal", afirma. "Nem toda improbidade caracteriza um crime. Logo, não é um processo automático apresentar uma ação criminal após apresentar a ação por improbidade", diz ele.

Segundo Guaragni, para caracterizar um crime, um ato tem de ser tipificado em algum dos artigos do Código Penal – como peculato ou corrupção ativa, por exemplo. Já uma ação por improbidade é cabível quando se ferem princípios da administração pública. Logo, o processo de produção de provas tende a ser menos complexo. As punições também são diferentes. No caso da improbidade administrativa, o réu pode ser obrigado a devolver recursos aos cofres públicos, pagar multa e ter os direitos políticos suspensos, mas não pode ser preso – por não se tratar de matéria penal. **(CM)**

"A matéria de improbidade administrativa é bem diferente da criminal. Nem toda improbidade caracteriza um crime. Logo, não é um processo automático apresentar uma ação criminal após apresentar a ação por improbidade."

Fábio Guaragni, promotor responsável pelo inquérito criminal envolvendo Justus e Curi.

“O Direito Penal só pune pobres. O mensalão foi um ponto fora da curva”

Chico Marés
ENTREVISTA

LUÍS ROBERTO BARROSO,
ministro do STF.

Advogado com atuação em causas polêmicas — como o casamento homoafetivo, o aborto de anencéfalos e a extradição do italiano Cesare Battisti —, Luís Roberto Barroso foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em junho. E, logo de início no STF, já participou de outro julgamento controverso: o processo do mensalão. De passagem por Curitiba na última sexta-feira, onde participou do Congresso Estadual do Ministério Público, Barroso deu uma entrevista exclusiva à Gazeta do Povo.

Antes de ser ministro, o sr. ficou conhecido por sua atuação como advogado em diversos casos emblemáticos do STF. Como está sendo essa transição do advogado Barroso para o ministro Barroso?

É uma transição relativamente difícil. A primeira grande diferença é que um advogado pode escolher as causas em que vai atuar, ao passo que um juiz, e um ministro do Supremo em particular, é obrigado a decidir o que aparece. Em segundo lugar, eu diria que o Supremo tem uma

“Cumprir a Constituição muitas vezes significa tomar a decisão que não é a mais popular.”

carga de Direito Penal muito intensa. E eu preciso dizer, com franqueza, que não gosto desse poder de decidir sobre a liberdade ou não das pessoas. Cumpro meu dever, mas não gosto desse papel.

O sr. foi nomeado para o STF no fim do caso do mensalão, e votou na questão dos embargos infringentes. Foi um momento de pressão?

Eu fui para o Supremo depois de uma vida muito feliz na advocacia e na academia, como professor. Fui para cumprir uma missão, e fui com muito gosto. Então, mesmo nos momentos de maior pressão e incompreensão, vivi em paz comigo mesmo.

O mensalão foi provavelmente a ação mais destacada na imprensa na história do STF. Como o sr. avalia a participação da mídia no processo?

A vida democrática tem um fluxo espontâneo que vo-

cê não consegue, nem deve querer, controlar. Acho que o Brasil vive um momento de plenitude democrática e de um exercício pleno da liberdade de imprensa. Em matéria de liberdade de imprensa, acho que o excesso é melhor do que a escassez. Portanto, não acho que a gente deva se queixar do excesso de intromissão da imprensa. Feita essa ressalva, uma característica desse momento que o Brasil vive é que a imprensa não se satisfaz em noticiar. Ela frequentemente quer ir além e influenciar o julgamento. Como o país é livre, as pessoas podem adotar o comportamento que desejem. Mas quem julga não pode sofrer essa influência.

CONTINUA

O sr. se refere ao ministro Celso de Mello, que recebeu uma enorme pressão para votar contra os embargos infringentes [que garantiram o direito a um novo julgamento para alguns réus]?

Não. Estou apenas dizendo que a imprensa em geral e a opinião pública em particular são elementos importantes em um regime democrático, e que um juiz precisa saber lidar com isso. Um juiz não pode julgar para ganhar uma manchete favorável. Cumprir a Constituição muitas vezes significa tomar a decisão que não é a mais popular.

O sr. votou favoravelmente aos embargos – o que, no momento, parecia a decisão mais impopular. Qual a justificativa?

O Judiciário muitas vezes tem esse papel contramajoritário. Às vezes, as multidões se embriagam de paixão e é o juiz quem tem que se conservar lúcido. Acho que no mensalão, em alguma medida, isso aconteceu quando os embargos infringentes foram admitidos. Eles estavam na legislação. A meu ver, era fora de dúvida que eles cabiam.

O mensalão mineiro, que envolve o PSDB, deve ser julgado no próximo ano. A repercussão deve ser a mesma que a do mensalão do PT?

Não sei. Da minha parte, vai haver a mesma isenção.

Voltando ao mensalão, a condenação de políticos por corrupção é algo raro no Brasil. Por quê?

Isso não envolve apenas a corrupção. O Brasil é, historicamente, uma sociedade de classes e uma sociedade na qual o Direito Penal, tradicionalmente, foi muito seletivo. O

Direito Penal só alcança pobres. Ou pior, pobres mal defendidos. O país nunca foi aparelhado adequadamente para a punição da criminalidade econômica. Nesse sentido, o mensalão foi um ponto fora da curva. Não apenas porque o Supremo foi mais punitivo do que era sua tradição. Esse caso quebra um pouco a tradição de impunidade da criminalidade acima de um determinado estrato econômico. Quanto à questão de existirem inúmeros inquiridos e ações penais contra políticos, acho que, dentro de outros fatores, o sistema político brasileiro induz à criminalidade. É um sistema em que as eleições são caríssimas, há uma necessidade imperativa de financiamento de campanhas e é nesse financiamento que o Brasil lícito encontra o Brasil ilícito. Acho que todo esse esforço trará pouco proveito se na prática nós não promovermos uma reforma política que diminua a causa do problema, que é o custo das eleições.

O sr. fala em aparelhamento da Justiça para a punição dos pobres...

Não é só a Justiça. O Direito Penal está precisando ser repensado, o sistema penitenciário brasileiro precisa de uma revolução, a polícia precisa ser revalorizada e requalificada. Portanto, o sistema punitivo brasileiro em geral não só é deficiente como é um sistema de classe. Ele é aparelhado para punir pobres.

Mas o problema está na lei ou na atuação do Estado?

As duas coisas. É muito fácil condenar alguém que porta uma pequena quantidade de maconha. Mas é quase impossível alguém ir preso por sonegação. O sistema legislativo é duro com as drogas e leniente com a sonegação.

Houve momentos de tensão entre o Judiciário e o Legislativo ao longo dos últimos anos. Como o sr. vê esse clima institucional?

Acho que as relações do Supremo com o Legislativo são boas. Mas existe uma fronteira entre os poderes que se estende e se retrai de acordo com as circunstâncias. Em algumas matérias em que o Legislativo não pode ou não quis atuar, o Judiciário se expande. Existe uma linha de fronteira em que não é totalmente nítido se você está interpretando a Constituição ou tomando uma decisão política. Por essa razão surgem tensões eventuais. Nada mais normal em uma democracia.

O sr. atuou como advogado em dois casos emblemáticos no STF: o casamento homoafetivo e a descriminalização do aborto de anencéfalos. São esses os casos fronteiros do qual o sr. está falando?

Penso que esses dois casos envolviam interpretação da Constituição, pois envolviam direitos fundamentais. Onde há um direito fundamental em jogo e o Legislativo não tenha atuado, o Judiciário tem o dever de fazê-lo. Contraria a ideia contemporânea de igualdade você discriminar uma pessoa em razão da sua orientação sexual, assim como, ao meu ver, contraria a ideia de dignidade da pessoa humana obrigar uma mulher a manter a gestação de um feto inviável.

CONTINUA

08 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O sr. foi advogado de Cesare Battisti. Hoje, temos o caso do Henrique Pizzolato, condenado por corrupção no Brasil e, possivelmente, foragido na Itália. O sr. vê algum paralelo entre os dois casos?

Não há nenhum tipo de relação entre os dois casos. Sua frase está correta: são casos paralelos e não vão se encontrar nunca. O Cesare Battisti era um cidadão italiano refugiado no Brasil que tinha sido julgado na Itália há quase 30 anos em um processo em que não se observaram garantias mínimas e em um ambiente de perseguição política. Portanto, era um italiano refugiado no Brasil. O caso do Pizzolato, pelo que eu li na imprensa, é de uma pessoa que tem dupla nacionalidade e que está se beneficiando do fato de que a Itália, como a maior parte dos países do mundo, não concede extradição de seus nacionais.

08 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Críticas ao Judiciário

Para o PT, o sistema judicial brasileiro é "lento, elitista e pouco transparente". A avaliação consta da versão final do texto-base do 5º Congresso do partido, encontro que pretende renovar o programa da sigla. O texto é do assessor especial da Presidência da República Marco Aurélio Garcia e do deputado Ricardo Berzoini (SP), ex-presidente do partido.



Percepção da corrupção

A percepção de que o Brasil é corrupto aumentou e o país piorou no ranking da Transparência Internacional. O país caiu três posições em um ano e passou a ocupar o 72º lugar entre 177 nações, empatando com São Tomé e Príncipe, Bósnia, Sérvia e África do Sul. A queda ocorreu mesmo após o Brasil ter implantado leis de transparência e ter condenado e preso políticos envolvidos no mensalão.

José Dirceu

O ex-ministro condenado no processo do mensalão desistiu de trabalhar em um hotel em Brasília, após a polêmica envolvendo a empresa. Em nota, os advogados dele afirmam que a decisão tem o objetivo de diminuir o sofrimento dos empresários. Reportagem da TV Globo mostrou que a empresa dona do hotel é presidida por um laranja.

Agenda positiva

Nesta segunda-feira, é comemorado o Dia Internacional Contra a Corrupção. Na Assembleia Legislativa do Paraná, lideranças pretendem lançar uma agenda voltada a estudos de combate à corrupção. É esperar para ver.

Número

31.135

registros de dupla filiação a partidos políticos foram detectadas pela Justiça Eleitoral. Os filiados, assim como os partidos, foram notificados. Após a análise, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou o número final de pessoas filiadas a partidos políticos no Brasil: 15.264.775.

08 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Licitação do transporte coletivo de Curitiba: anulação ou pizza?

ARTIGO

LAFAIETE NEVES, doutor em Desenvolvimento Econômico, professor da pós-graduação em Gestão de Políticas, Projetos e Programas Sociais da PUCPR, professor aposentado da UFPR e coordenador do Grupo de Estudos Germmarini/CNPq/UTFPR.

Os quatro relatórios (Comissão da Urbs, TCE, sindicatos e CPI do Transporte) apontaram para a mesma direção: anulação da licitação de 2010. Na história da nossa cidade, é a primeira vez que a política pública do transporte coletivo teve uma análise tão aprofundada. Todos os aspectos foram abordados: parâmetros tarifários, montados com índices da década de 80, superfaturados, elevando a tarifa a um preço exorbitante de R\$ 2,9994 (valor que entra no bolso dos empresários), reduzida para o usuário a R\$ 2,70 (pago pelo passageiro), graças aos subsídios que saem do bolso dos contribuintes diretamente para as empresas de ônibus. Hoje, é a segunda maior tarifa do país (já foi a 15ª), perdendo para São Paulo (R\$ 3,00). E não cabe aqui a desculpa da integração, pois, quando era a 15ª tarifa mais cara, já tinha uma tarifa integrada. Atualmente, a integração passa a ser uma realidade em todo o país.

Os relatórios são fartos em apontar as gorduras da tarifa, nos itens: combustíveis (compram no preço mínimo e lançam o preço médio), taxas duplicadas lançadas na tarifa (taxa de administração da Urbs e contrato oneroso de manutenção dos terminais e limpeza das estações-tubo), lançamento na tarifa

do Imposto de Renda dos empresários. Essas gorduras, segundo o TCE, chegam a 20%; somando-se a isso os 12% da taxa de lucro, os empresários embolsam 32% de lucro líquido. Cortando essas gorduras, os relatórios chegaram, por unanimidade, a uma tarifa de R\$ 2,25, mantendo-se os subsídios dos governos federal, estadual e municipal.

Os relatórios também apontaram para os fortes indícios de fraude na licitação, quando todos apresentam documentos com problemas (editais adulterados, cartas de fiança idênticas, formulários idênticos, inclusive nos erros de português), diferença ínfima em centavos do valor da tarifa entre os três lotes, participação de empresários da mesma família em todos os lotes, impedimento de concorrência pela cláusula de barreira, que exigia 25 anos na experiência do modal tecnológico de Curitiba para participar da licitação, atas do Conselho de Transporte com a participação de um empresário do transporte coletivo quando se discutia o edital (logo, com acesso a informação privilegiada e, o mais grave, participando da licitação).

A CPI do Transporte Coletivo de Curitiba, dentro do seu papel constitucional, foi além da análise e proposições: apontou para o indiciamento de 70 pessoas envolvidas com a licitação do transporte coletivo em 2010. Estão entre os que devem ser indiciados ex e atuais gestores da Urbs, e ex-prefeitos desde 2009 e 2010, quando se desenvolveu o processo de licitação.

A partir dessas grandes contribuições dos relatórios, devem os que estão à frente do poder público assumir suas responsabilidades e en-

trar, imediatamente, com ação civil pública para a anulação da licitação do transporte de Curitiba. Tanto o prefeito Gustavo Fruet quanto o Ministério Público Estadual e o Cade estão hoje fartamente documentados para tomar as providências jurídicas cabíveis e imediatas. Se nada fizerem, é porque estão comprometidos, e por inércia contribuindo para tudo terminar em pizza. O prefeito, em várias manifestações, afirmou temer denunciar o contrato e perder, sofrendo assim o município um grande prejuízo financeiro. Esse seu temor pode ser dissipado se ele fizer um plebiscito para que os cidadãos curitibanos se manifestem. Creio que ele terá o respaldo da população e uma forte manifestação política para impedir qualquer manobra jurídica para obstruir a anulação dos atuais contratos lesivos ao município e aos usuários.

O Ministério Público Estadual, depois de ter o apoio massivo da sociedade nas jornadas de junho, que derrotou a PEC 37, não tem qualquer explicação para ainda não ter entrado com a ação civil pública para anular os atuais contratos. Já que está de posse de todos os relatórios entregues pelas entidades autoras.

E, se as autoridades competentes nada fizerem, resta aos cidadãos de posse desses relatórios entrarem com ação popular. Oito cidadãos, em uma outra conjuntura, em 2010, entraram com uma ação popular. Foram condenados por litigância de má fé, foram multados sem o juiz entrar no mérito, porque a licitação já tinha ocorrido. Esses cidadãos continuam na luta jurídica, com os recursos a que têm direito e, com os fatos novos, têm esperanças de que os novos ares que sopram no Judiciário paraense restabeleçam a justiça julgando o mérito da ação popular.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

08 DEZ 2013

OlhoVivo

Segurança ou MP

O Conselho Superior do Ministério Público se reúne terça-feira com a intenção de cassar a licença do promotor Cid Vasques, que, como secretário da Segurança, é acusado de criar embaraços para a atuação do Gaeco, o braço investigativo-policial do Ministério Público. Além do governador, que já renovou pedido para que o MP renove a licença para mantê-lo como secretário, Vasques acumula também moções de apoio de várias instituições.

PALESTRAS

65 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – Conquistas e Desafios

- **DATA:** 10 de dezembro (das 9 às 12 h e das 17 às 20h30).
- **MINISTRANTES:** Clèmerson Merlin Clève, Geraldo Prado, Rubens Roberto Casara, Carlos López Belva, Pedro Bodê, Cândido Furtado Maia Neto e Luiz Edson Fachin.
- **Local:** OAB Paraná – Rua Brasilino Moura, 253 – Ahú.
- **INFORMAÇÕES:** comunicacao@oabpr.org.br

FRASE

“Que a história brasileira é mansa, pacífica e feita por grandes homens. Mentira! A história do Brasil é repleta de sangue, violência, revoltas, guerras e racismo.”

Eduardo Bueno, jornalista e tradutor, sobre o que seria a maior mentira da historiografia brasileira.

09 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Dos bastidores da reforma do código

Cláudia Lima Marques, uma das juristas que quer modernizar o CDC, analisa atuação política sobre a lei

Camille Bropp Cardoso

Na sua lista de desejos para 2014, a professora de Direito Cláudia Lima Marques separou um tópico que abrange todos os brasileiros. Ela torce para que o dia 15 de março, Dia Mundial do Consumidor, seja também o dia em que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) será reformado por projetos criados por uma comissão de juristas da qual ela fez parte por dois anos, como relatora-geral.

Aos 23 anos, a legislação está sendo revista para que três problemas sejam amenizados: a desatualização (o CDC não cita o comércio eletrônico); a crescente judicialização de conflitos entre consumidor e fornecedor que a criação dos juizados especiais não resol-

veu; e a fragilidade dos devedores na época de crédito mais fácil (e apelativo) que o Brasil já conheceu. As discussões renderam três projetos de lei que tramitam no Senado desde 2012, e cuja primeira votação ainda não tem data.

Por enquanto, o pacote está sob discussão da Comissão Temporária de Modernização do CDC, que tenta reavaliar os textos em face das 84 propostas de emendas entregues por senadores e aceitas pelo relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Nem todas as propostas de emenda agradam a Cláudia, que esteve em Curitiba na semana passada para uma jornada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). A estudiosa acredita, principalmente, que parlamentares não entenderam a extensão de “promoção de cidadania” que o comitê quis vincular ao novo CDC.

Entre as emendas que mostram essa incompreensão, diz ela, está a que pede a retirada da expressão “exclusão social” da lista de problemas que o pro-

jeto 283, contra superendividamento, tenta impedir. “Não pegaram o espírito da mudança de paradigma, do estímulo ao crédito responsável”, afirma ela, citando que o superendividamento da pessoa física é um problema social — não apenas individual — e que se reflete sobre o sistema financeiro. “Ter o nome sujo pode deixar a pessoa até mesmo fora do mercado de trabalho”.

Cláudia discorda ainda da supressão da expressão ‘mínimo existencial’ — que é constitucional [se refere às condições necessárias para uma vida digna, o que inclui finanças saudáveis] — e da menção aos idosos. “Era importante para que os credores tivessem noção da sensibilidade maior que precisam ter com esse público”, explica. Ainda assim, Cláudia afirma confiar no discernimento do relator, que segundo ela tem o apoio do “movimento consumerista” (de defesa do consumidor). Esse movimento pressiona para que as propostas sejam votadas no Senado antes do começo do recesso de

ASSUNTOS QUE FICARAM DE FORA

Apesar de a comissão de juristas ter buscado inspiração em leis internacionais modernas, nem tudo que é problema para o consumidor brasileiro poderá estar previsto no novo CDC. A estudiosa Cláudia Marques lembra que serão necessárias regulamentações para temas como a garantia de qualidade dos produtos (para coibir a chamada obsolescência programada pela indústria) e a extensão da prática de usura (cobrança extorsiva de juros, acima do limite legal de duas vezes a taxa básica anual). Ela também reconheceu que o substitutivo do relator Ricardo Ferraço foi um pouco mais à frente até do que a comissão em itens como o fortalecimento dos Procons e as regras para renegociação de dívidas no judiciário.

fim de ano (no dia 16), e assim possam seguir para a Câmara dos Deputados no início de 2014.

09 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Mensaleiro

Laudo médico pedido pelo STF para avaliar a saúde do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), delator do mensalão, afirma que ele não precisa ficar em prisão domiciliar. Segundo a Globo News, os resultados da perícia informam que não foi encontrada "qualquer evidência" do câncer do qual ele se tratou após a retirada de um tumor no pâncreas em 2012. Cabe ao presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, a partir do laudo, determinar se Jefferson deve ficar preso em regime semiaberto ou se pode cumprir sua pena em casa. O ex-deputado foi condenado a sete anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

06 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Modernizar é preciso

Logo após saber-se eleito presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo para o biênio 2014-2015, o desembargador José Renato Nalini declarou, com razão, que o Judiciário paulista “precisa acertar o passo com a modernidade”.

Trata-se de mote apropriado para um Poder notoriamente ensimesmado e imobilista. A própria eleição de Nalini, um juiz de convicções conservadoras, refletiria o desconforto entre os desembargadores diante da conduta turbulenta e populista do atual presidente, Ivan Sartori.

É pouco provável que tenha sido esse o fator decisivo por trás da vitória de Nalini, atual corregedor-geral da Justiça no Estado. O apoio expressivo de 238 desembargadores —70% dos votos— parece confirmar, antes, a boa reputação que construiu. Afirma-se que poucos conhecem o TJ tão bem quanto ele.

Entre os muitos problemas do maior tribunal do país, Nalini destacou, ao jornal “O Estado de S. Paulo”, a “crônica insuficiência de recursos materiais”, apesar de o orçamento superar R\$ 7 bilhões. Disse que, com mais verbas, poderia aprimorar a estrutura do Poder e otimizar o processo eletrônico.

Há muito a fazer neste campo. O índice de processos eletrônicos de São Paulo, cerca de 2% em 2012, está entre os piores do país.

Avançar nesse setor é crucial para a Justiça paulista, cuja produtividade é baixa na comparação com outros tribunais de grande porte, de acordo com o mais recente relatório “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça.

Segundo avaliação do CNJ, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro tiveram em 2012 índice de produtividade de 100% —ou seja, produziram o máximo nas condições disponíveis. O índice de São Paulo foi de 87% —com os recursos existentes, portanto, poderia se sair melhor.

Nada obstante, como proporção do PIB estadual, o orçamento do Judiciário paulista é um dos menores do Brasil; o número de magistrados também é proporcionalmente baixo para a população; agrava o quadro o fato de São Paulo ter um dos maiores volumes de processos novos por 100 mil habitantes.

Não surpreende, pois, que a Justiça de São Paulo seja das mais congestionadas do país. Das práticas arcaicas à morosidade processual, o atraso se manifesta de muitas maneiras no Judiciário paulista.

07 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Judiciário

A respeito do editorial “Modernizar é preciso” (“Opinião”, ontem), sobre a modernização do Poder Judiciário de São Paulo, cumpre esclarecer que os dois tribunais citados como possuidores de índice de produtividade de 100% (do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul), não por acaso, possuem autonomia financeira, ou seja, as custas judiciais arrecadadas são integralmente destinadas ao Poder Judiciário.

Patina na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo projeto que conferiria a tão sonhada autonomia financeira, pelo menos desde maio de 2007, quando ato do presidente daquela Casa criou a Frente Parlamentar de Apoio à Autonomia Financeira do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

EUGÊNIO AUGUSTO CLEMENTI JÚNIOR, juiz
(Americana, SP)

O editorial “Modernizar é preciso” toca em um tema nevrálgico para a modernização da Justiça brasileira: a urgente implantação do processo judicial eletrônico. É preciso debelar as resistências a essa nova ferramenta, que tem o potencial de agilizar a resolução dos litígios. Há, no entanto, outras questões que não foram abordadas, como a adoção da súmula vinculante, que pode contribuir para a diminuição da máquina burocrática do Estado em suas convencionais e ultrapassadas metodologias.

AIRTON REIS JR. (São Paulo, SP)

06 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Mensalão

Fiquei estarecido ao saber que o prisioneiro José Dirceu pretende postar em seu blog direto da prisão. Será que na penitenciária da Papuda alguns presidiários podem usar celular contra todas as regras para os demais presos? Se for assim, por uma questão de igualdade, teremos que garantir ao Marcola e ao pessoal do PCC o mesmo direito de manter seus celulares e blogs.

CLÁUDIO MARQUES, desembargador do Tribunal
de Justiça de São Paulo (São Paulo, SP)

06 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Nelson Mandela

Condutor da transição pacífica da África do Sul após o fim do odioso apartheid tem lugar garantido na galeria de líderes históricos

A galeria dos heróis do século 20 é extensa, mas muitos deles, embora ídolos numa parte, são vilões em outras. É bem menos numerosa aquela constituída por personagens que, ainda em vida, foram alçados a um patamar acima do bem e do mal. Nela estão Mohandas Gandhi, Martin Luther King e, sem dúvida, Nelson Mandela.

A morte do líder sul-africano aos 95 anos traz à memória momentos icônicos das últimas décadas: o discurso de defesa no julgamento que o condenou à prisão perpétua, quando se dispôs a morrer pela democracia racial; a saída da prisão; após 27 anos, com passos lentos e punho erguido; a eleição para presidente em 1994.

O caráter excepcional de Mandela se manifestou de diversas formas. Herói da libertação africana, não quis, ao contrário do que fizeram outros “pais da pátria” naquele continente, moldar o Estado à sua imagem e semelhança. Abriu mão do poder após um único mandato, de cinco anos. É enorme o contraste com dinossauros como Robert Mugabe, do vizinho Zimbábue, no poder desde 1980.

O discurso conciliador e a força do exemplo ajudaram a conter as forças centrífugas da África do Sul na primeira metade dos anos 90. Visto de hoje, o processo de transição pós-apartheid parece ter sido possível apenas porque na liderança estava Nelson Mandela.

Sua moderação e fortaleza moral foram decisivas para desencorajar movimentos separatistas brancos que se alimentavam de um razoável temor de retribuição negra após o fim do apartheid. No poder da oratória e na habilidade política o líder acomodou nacionalismos tribais, sobretudo da influente etnia zulu, que noutros países africanos levaram a tragédias.

Como figura mitológica, Mandela teve seus pecados relevados. Desinteressado pelos meandros da administração, fez um governo apenas mediano. O país sob seu comando cresceu em média 2,7% ao ano, insuficiente para reduzir a pobreza acumulada. A desigualdade de renda aumentou. Os índices de violência urbana explodiram.

Ignorou a nascente epidemia de Aids, não foi imune à retórica terceiro-mundista e mostrou injustificável solidariedade a despotas como Muammar Gaddafi e Fidel Castro.

Seu legado maior é difícil de ser medido. Sem esmagar a minoria branca, estabeleceu a igualdade com os negros, 80% da população. Sublimou anos de cárcere e sofrimento pessoal em nome de um bem coletivo. Após sair do governo, pairou sobre as pequenezas da política sul-africana: as brigas fratricidas no governo, os escândalos de corrupção, as ofensas marcadas pelo componente racial.

Nos últimos dez anos, a democracia sul-africana retrocedeu a uma pálida lembrança do idealismo pós-apartheid. Mas a comoção com a morte de Nelson Mandela é prova de que não há retorno cabível a um dos mais odiosos sistemas políticos já inventados.

07 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça proíbe privilégios para presos do mensalão

Com decisão, condenados só poderão
receber familiares nos dias de visita

Petistas foram visitados fora do horário regular, o que irritou parentes de outros detentos do complexo de Papuda

FELIPE COUTINHO
AGUIRRE TALENTO
MARIANA HAUBERT
DE BRASÍLIA

Após a visita fora do horário regular de parlamentares e familiares aos presos do mensalão causar a revolta de parentes de outros detentos em Brasília, a Justiça determinou ontem tratamento igual a todos os visitantes.

Com isso, suspendeu a permissão dos encontros às sextas-feiras, quando parentes de detentos especiais, como ex-policiais, vão ao Complexo Penitenciário da Papuda.

Os familiares e amigos de José Dirceu, Delúbio Soares e outros condenados no mensalão deverão, agora, enfrentar a longa fila em frente ao presídio e terão de se submeter ao cadastro prévio, como qualquer parente de preso.

A decisão do juiz Bruno Ribeiro, da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, veio após pressão da Promotoria e da Defensoria Pública.

Juízes da vara, incluindo Ribeiro, haviam determinado em novembro, de forma ge-

nérica, o tratamento igualitário. Mas, como as visitas aos presos do mensalão fora do horário continuaram a ocorrer, o magistrado emitiu a nova ordem, mais específica.

“O Ministério Público do Distrito Federal noticiou a esta vara que os sentenciados receberam novamente visitas em dia em que os outros internos não podem receber, o que fere o tratamento isonômico que deve ser conferido aos sentenciados”, escreveu.

Ribeiro não tratou das visitas de congressistas. A Secretaria de Segurança do DF diz que eles podem entrar na prisão a qualquer momento por ser prerrogativa do cargo.

O dia normal de visitas é quarta ou quinta. Pelas regras da Papuda, podem se cadastrar dez pessoas, mas só quatro fazem a visita por vez. Dos dez cadastrados, nove devem ser familiares dos presos.

O tratamento aos condenados do mensalão irritou familiares de detentos comuns.

Mulheres de presos organizam um abaixo-assinado por melhorias e dizem já ter quase 1.000 adesões. O documento será entregue na próxima semana ao Ministério Público do Distrito Federal.

“Por que eles podem tudo e a gente nada?”, questiona uma delas, que pediu para não ter o nome publicado.

As visitas são um dos pontos abordados. As mulheres defendem que sejam distribuídas senhas dois dias antes. Atualmente, isso ocorre só na manhã do dia da visita.

Parentes costumam pernoitar para conseguir uma senha cedo e frequentemente há desorganização e correria.

Os familiares querem ainda permissão para montar barracas perto da entrada da Papuda, onde pernoitam. Militantes do PT haviam instalado tendas quando os presos do mensalão chegaram.

Outras reivindicações são o retorno do banho de sol aos fins de semana e feriados, que elas relatam ter sido cortado, melhora na qualidade da comida e a presença de médicos —os detentos contam que geralmente são atendidos por enfermeiros.

CONTINUA

07 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O coordenador do núcleo de execução penal da Defensoria Pública, Leonardo Moreira, diz que já enviou ofícios à Justiça e à Secretaria de Segurança sobre descumprimento dos banhos de sol. “O argumento apresentado é que falta efetivo.” Ele também tem relatos de refeições cruas e insuficiência de médicos.

A secretaria afirmou que o banho de sol é feito todos os dias e que “em algum caso pontual” pode não ocorrer. Disse ainda que a comida é a mesma para todos os detentos e que há atendimento de médicos, enfermeiros, dentistas e psicólogos.

Sobre o atual sistema de visitas, diz que é “o melhor para organizar a entrada”.

MÔNICA BERGAMO

BIBLIOTECA

Em quase um mês na prisão, José Dirceu já leu oito livros, segundo amigos que o visitam na Papuda.

! Entre outros, a biografia de Getúlio Vargas, do escritor Lira Neto, e obras do mineiro Pedro Nava.

07 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Tetraplégico tem prisão domiciliar negada

Enquanto José Genoino, condenado no julgamento do mensalão, trata de problemas de saúde em casa até a Justiça decidir se ele tem direito a prisão domiciliar, um detento tetraplégico teve o mesmo pedido rejeitado e é obrigado a fazer o tratamento dentro do presídio da Papuda.

No dia a dia, ele depende dos colegas de cela para comer e se limpar. No processo, ele chegou a assinar alguns documentos com um carimbo da impressão digital.

“Quando se decreta uma prisão preventiva, há apenas suspensão de seu direito de ir e vir e os demais direitos lhe estão assegurados, principalmente direito a sua integridade física e moral”, escreveu o advogado Karlos Eduardo de Souza Mares ao pedir a prisão domiciliar. O advogado pediu que o nome do detento não fosse divulgado.

O Ministério Público chegou a opinar favoravelmente à prisão domiciliar, mas mudou de ideia. Foi decisivo, para a Promotoria e para a Justiça, o documento da direção da Papuda, que garantiu que tinha condições de tratá-lo.

“Relatório enviado pelo presídio informou que o requerente está obtendo tratamento médico, realizando curativos nas úlceras, com bom estado geral”, escreveu a juíza Rejane Teixeira, da Terceira Vara de Entorpecentes.

O preso usa fraldas e armazena a urina numa sonda que fica acoplada ao corpo.

Ele ainda era preso provisório, sem condenação, quando teve seu pedido negado no meio do ano — a condenação veio em agosto.

Apesar de não ter sido condenado quando teve o pedido de prisão domiciliar rejeitado, o detento era reincidente no tráfico de drogas.

Em sua casa, na periferia de Brasília, a polícia encontrou nove pedras de crack, mais de 60 gramas de maconha e R\$ 900 em dinheiro.

Ele disse que não estava sozinho em casa e alegou que a droga não era dele. Reconheceu, apenas, posse de parte da droga, para consumo próprio. Ele foi condenado a sete anos de prisão, em regime inicialmente fechado.

Genoino teve o direito de ficar em casa, em decisão do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, enquanto o ministro decide se ele tem ou não direito a prisão domiciliar.

Junta médica disse que a permanência em casa não é “imprescindível” para tratar dos problemas cardíacos do petista. (FILIPE COUTINHO)

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

O dinheiro na eleição

BRASÍLIA—O Supremo Tribunal Federal agendou para a próxima quarta-feira o julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade que propõe banir de campanhas eleitorais as doações de empresas.

A ação foi proposta pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). O argumento é que o dinheiro de empresas em campanhas viola os princípios constitucionais do Estado democrático de Direito e da República. Pessoas jurídicas não teriam relação com o exercício da cidadania, pois seus recursos permitem a cooptação do poder político pelo poder econômico, deturpando “o direito à participação igualitária no processo eleitoral”.

Nas campanhas majoritárias, a presença de dinheiro de empresas é preponderante. Se o Supremo Tribunal Federal julgar esse tipo de contribuição inconstitucional, haverá um vácuo no financiamento dos políticos. Ao pensar nessa hipótese, a OAB sugere a concessão de um prazo de 24 meses “para que o Congresso Nacional legisle sobre a matéria”.

A eficácia de tal medida é incerta. Proibir as doações de empresas parece ser um atalho para a volta do caixa dois com todo o seu ímpeto —um pouco arrefecido agora, após os escândalos recentes, sobretudo o mensalão. É impossível criar uma regra 100% eficaz e banir em campanhas o dinheiro de empresários.

Para mitigar o problema, pelo menos em parte, é preciso mais transparência. Hoje, o Brasil permite que os políticos revelem só depois de eleitos quem financiou suas campanhas de maneira completa. É uma inutilidade. Um pacifista pode eleger sem saber um deputado financiado pela indústria de armas.

A lei que permite tal anomalia teria mais chances de ser considerada inconstitucional. É uma afronta clara ao princípio da transparência em negócios de Estado. Interessada em um sistema mais justo, a OAB poderia propor uma ação contra essa opacidade no financiamento eleitoral.

07 DEZ 2013

07 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Mínimo possível

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

Gente pobre que poderia estar solta está presa porque direito de defesa, aqui, é para inglês ver

“QUEBRAR O prestígio dos facínoras”. A frase de Joaquim Nabuco sintetiza a política de combate à impunidade que seu pai, ministro da Justiça, empreendeu no Segundo Reinado. Importante o resultado: não era para ter “escrúpulo” de algum excesso que se pudesse cometer.

Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, reclamava em 1546 das Capitâneas que davam acolhimento aos fugitivos, livres do castigo por ele imposto. Regente Feijó, no discurso depois de eleito, prometia: “o governo será infatigável em promover a execução das leis penais”.

O tempo passou, o país se transformou e o sentimento de impunidade permanece intenso, constrangedor.

Gente rica e influente não se sentava no banco dos réus. Era assim. O mandonismo persiste, mas a imprensa é mais vigorosa. Hoje, ricos e pobres frequentam o fórum criminal, ainda que a solução dos processos seja seletiva, racista, preguiçosa, temerária.

Um ministro do STF falou recentemente da desigualdade entre pobres e ricos, como se o problema estivesse na porta de entrada das prisões.

Ainda há segmentos intangíveis, mas a lista dos que, na expressão de Elio Gaspari, habitavam o andar de cima e conheceram o sistema penitenciário poderia preencher o espaço desta coluna. Médicos como Hosmany Ramos e Eugênio Chipkevitch, magistrados como Rocha Mattos e Nicolau dos Santos Neto, playboys como Doca Street ou meninos estúpidos, anônimos, que incendiaram sem teto ou assaltaram pada-

rias, procuradores disso ou daquilo, empresários como PC Farias e Salvatore Cacciola, matadores de todos os gêneros.

Há algo errado no projeto punitivo brasileiro. O tratamento dos presos lembra a época da escravidão. A culpa é presumida. Os processos não se aproximam da verdade. Como ainda não há “escrúpulo” pelos abusos cometidos, a lei de execuções penais é solenemente ignorada.

A lista dos que não precisariam estar encarcerados (porque não são perigosos e poderiam ser punidos de outra maneira eficaz) ocuparia páginas deste jornal. E não falo de ricos.

Em dezembro de 2012, o Brasil tinha mais de 540 mil presos, cerca de 143 mil entre 18 e 24 anos de idade, estigmatizados para sempre. Cresceu vertiginosamente a quantidade de detentos por tráfico de entorpecentes: mais de 131 mil, muitos surpreendidos com pequenas porções de droga. Esforço inútil e caro.

Em contrapartida, o crime nas ruas corre solto. Só 5% dos casos registrados de roubo (crime praticado com violência ou grave ameaça) na capital paulista são investigados. Em julho de 2013, foram 11.382 boletins de ocorrência e apenas 564 inquéritos instaurados. O resto sumiu.

A insatisfação generalizada pode arrefecer um pouco com a prisão de alguém famoso. Mas tratar os ricos como são tratados os pobres resolve? Sinal de prosperidade? A diferença entre pobres e ricos está na inexistência de um serviço básico. Gente pobre que poderia estar solta está presa, a vida destruída, porque direito de defesa, aqui, é para inglês ver.

Para Nabuco, o “grande pensamento” era a repressão a todo custo. Hoje deveria ser um jeito de encarcerar o mínimo possível.

Walter Ceneviva

Mais de 30 anos neste espaço. Elegância, espírito público e didatismo. Não é pouca coisa.

08 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

'Eles me buscavam na escola', diz garota vítima de exploração sexual

Aos 14 anos, menina era avisada no meio da aula, por celular, sobre programas em Manaus

Desbaratada pela polícia, quadrilha recrutava jovens pobres e atendia empresários e políticos do Amazonas

LUCAS REIS
DE MANAUS

A rotina da estudante Giovana (nome fictício) mudou radicalmente aos 14 anos.

De família pobre, da periferia de Manaus, ela foi tomada pela curiosidade ao ver uma amiga rodeada de presentes, dinheiro e carros.

Em pouco tempo, passou até a cabular aula para entrar na rede de exploração sexual.

Não demorou e passou a fazer de seis a sete programas por dia. E ela ainda nem havia completado 15 anos.

"Emendava um programa no outro. Não parava. Ganhávamos dinheiro muito fácil. Mas, como diz o ditado, tudo que vem fácil vai fácil", disse à **Folha** a adolescente, hoje com 17 anos e, segundo ela, longe dos encontros sexuais.

Há um ano, a rede de exploração sexual da qual Giovana fazia parte foi desbaratada pela polícia em Manaus.

Agora, a **Folha** teve acesso a detalhes das investigações sobre a forma de atuação do esquema que servia a

“No meio da aula eles me avisavam sobre algum programa por mensagem de celular

GIOVANA (NOME FICTÍCIO)
vítima de exploração sexual

grupos de empresários e políticos do Amazonas e que recrutava garotas pobres, com idades a partir de 12 anos (leia mais na página C3).

O Ministério Público ofereceu denúncia. A Justiça ainda analisa se abrirá processo.

O caso está sob sigilo no Tribunal de Justiça do Amazonas. Um cônsul, um prefeito e um deputado estadual estão entre os suspeitos de fazer parte do esquema.

"Às vezes no meio da aula eles [agenciadores] me avisavam sobre algum programa por mensagem de celular, então me buscavam na escola e me levavam até o local do encontro. Depois, me levavam de volta pra escola ou pra casa", disse a menina.

IDENTIDADE

"Na média, num dia, podia ganhar R\$ 2.000, R\$ 3.000. Variava de R\$ 300 a R\$ 400 [cada programa]", completa.

Segundo a garota, a maioria dos clientes sabia que ela não tinha 18 anos —quando necessário, diz, usava uma identidade falsificada.

A vida dela, conta, mudou de novo quando a rede veio à tona, em novembro de 2012.

Policiais foram até a casa dela para apreender computadores e celulares. "A reação da minha mãe foi péssima. Ela desmaiou, foi uma coisa muito horrível", afirma.

Outros parentes de garotas ouvidos pela reportagem relataram semelhante reação quando o caso foi revelado.

Com medo, Giovana afirma que apagou seus perfis nas redes sociais e passou a fazer, também, um curso profissionalizante. Hoje sonha com uma universidade.

"Não falo com mais ninguém, perdi o contato com todos. Eu vi e reví o que eu fazia e agora faço diferente. Quero estudar e ter meu próprio negócio."

CONTINUA

08 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

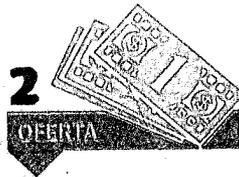
PROSTITUIÇÃO NA AMAZÔNIA

Operação da Polícia Civil desvendou rede de exploração sexual infantil em Manaus

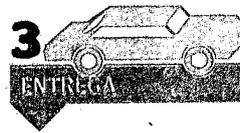
COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA



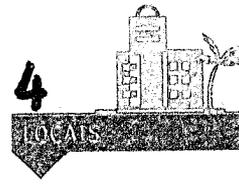
Cafetões aliciavam meninas a partir de 12 anos, geralmente pobres, em festas e academias



Garotas recebiam dinheiro e presentes e eram incluídas em "cardápio" para clientes



As meninas eram buscadas até na escola para programas diurnos



Programas ocorriam em hotéis, motéis, escritórios, estacionamentos, chácaras e barcos

INVESTIGAÇÕES

Seis meses de escutas telefônicas e gravações levaram à deflagração, em novembro de 2012, de operação que cumpriu 46 mandados de busca e oito de prisão. Hoje, ninguém está preso



Valores

Um programa valia a partir de R\$ 300, com os cafetões pagos a parte. Virgens poderiam "valer" até R\$ 2.200

Crimes investigados

Estupro de vulnerável, corrupção de menores, favorecimento da prostituição, rufianismo, formação de quadrilha, entre outros

Fase do processo

O Ministério Público ofereceu denúncia, mas a Justiça ainda analisa se abrirá processo

31 vítimas,
sendo pelo menos 12
menores de idade

20 suspeitos,
entre clientes e cafetões



CONTINUA

08 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Quadrilha orientava jovens sobre truques

Programas sexuais custavam a partir de R\$ 300 e eram feitos em estacionamentos, escritórios, motéis e até barcos

Garotas virgens valiam mais; esquema foi descoberto após mãe de garota de 13 anos desconfiar da filha

Cada passo das meninas exploradas sexualmente em Manaus era orientado.

Roupa certa, horário no salão, modos de arrancar dinheiro dos clientes, truques para esconder a menstruação, pílulas do dia seguinte e até um aborto são citados em papéis da investigação obtidos pela reportagem.

Os programas aconteciam em qualquer hora e lugar: estacionamentos, escritórios, casas, motéis, barcos. Custavam a partir de R\$ 300.

Garotas virgens, chamadas de "lacradas", valiam muito nesse mercado. Um agenciador contou ter "vendido" uma delas por R\$ 2.200.

"Ela ficou muito destruída. [...] Era virgem mesmo, parece assustada quando voltou", disse um suspeito, em gravação autorizada pela Justiça.

Entre os clientes — homens ricos — havia quem fizesse pedidos por meninas "tipo bebezinha". As garotas eram como produtos. "Cata alguma coisa lá que a gente tem que mudar nosso cardápio, né?", disse um dos agenciadores, sobre a necessidade de recrutar novas meninas.

MÃE

As garotas eram aliciadas em festas e academias. "Mas [que seja] uma bonitinha, bo-binha, sem estilo de mulher", disse um outro recrutador.

Adolescentes menstruadas eram orientadas a usar algodão molhado no canal vaginal para esconder o sangramento. "Se tu fizer o truque direitinho, não sangra, não", disse um agenciador. Se relutavam em atender alguém, vinham as ameaças.

A existência da rede começou a vir à tona em maio do ano passado, quando a mãe de uma garota de 13 anos desconfiou da filha que chegava tarde e com roupas caras.

Ela encontrou um celular e a mensagem: "Tem um amigo meu que dá R\$ 400, quer? É rapidinho, dentro do carro, ele é casado."

Na delegacia, a menina contou que fora convencida por uma amiga a sair com um empresário e, no dia seguinte, uma mulher lhe telefonou oferecendo mais "babados".

A adolescente listou nomes de clientes, conhecidos na cidade, e a operação começou.

DENÚNCIA

Quando a ação policial foi deflagrada, em novembro do ano passado, 20 pessoas foram indiciadas sob suspeita de corrupção de menores, favorecimento da prostituição, rufianismo (obtenção de lucro através de exploração sexual) e, em alguns casos, estupro de vulnerável.

O Ministério Público do Amazonas ofereceu denúncia. Mas a Justiça do Estado, um ano depois, ainda analisa se abrirá processo.

Ela reconhece que a investigação sobre a rede de exploração sexual está andando a passos lentos.

Segundo o desembargador Rafael Romano, atual relator do caso no Tribunal de Justiça do Amazonas, o excesso de suspeitos e o fato de haver "gente conhecida" entre os denunciados afetam os trabalhos. O caso está sob segredo de Justiça.

"O processo já passou por alguns relatores. Passa de um para outro, que diz que não quer. Tem muita gente conhecida, de colégio, deputado, tinha prefeito. Província, né? Continua a província", afirmou Romano.

No final do ano passado, Polícia Civil e Ministério Público do Estado estavam na fase final das investigações, quando, via ação judicial, um dos suspeitos teve acesso ao teor da operação.

Foi então que policiais e promotores aceleraram e desencadearam a operação Estocolmo, com 46 mandados de busca e apreensão.

À época, dez agenciadores foram presos, mas logo em seguida acabaram liberados.

O caso tramita sob sigilo em segunda instância — passou ao Tribunal de Justiça do Amazonas por haver foro privilegiado de dois suspeitos.

08 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO
MÔNICA BERGAMO

'É O CAOS'

Na esteira das prisões do mensalão, o ministro Gilmar Mendes (STF) diz que já é hora de discutir de maneira franca um sistema carcerário em que homens amontoados fazem até as necessidades uns sobre os outros

A prisão de condenados do mensalão deu relevância a um tema que pouco mobiliza o país: as péssimas condições dos presídios brasileiros.

Na semana passada, a coluna conversou com o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), sobre o assunto. Quando ocupou a presidência da corte, ele visitou presídios em todos os Estados do país e chegou a soltar 22 mil pessoas que já tinham cumprido suas penas e mofavam no cárcere.

Folha - O ex-deputado José Genoíno, recém-operado do coração, bebeu água de torneira na Papuda, presídio que não tem sequer plantão médico. É um lugar destruidor e parece compreensível a preocupação da família dele.

Gilmar Mendes - É claro. É claro. Nós deveríamos discutir essa questão de uma maneira muito aberta e franca para superarmos realmente esse quadro caótico que é o das prisões. Não faz sentido que, num país como o Brasil, nós tenhamos presídios sem as mínimas condições para um tratamento digno das pessoas. Deveríamos chamar a atenção para a responsabilidade de todos os setores.

Quais?

Do governo federal, via Ministério da Justiça, que tem um fundo significativo para a melhoria das condições penitenciárias. Das secretarias estaduais de Justiça. Do Ministério Público, que deveria fiscalizar os presídios. Do Judiciário. É uma cadeia de responsabilidades que não cumpre a sua função.

Quando presidiu o STF (Supremo Tribunal Federal) e o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em 2008, o senhor organizou mutirões carcerários e visitou presídios em todo o país. O que encontrou?

Um quadro de desmando completo, de abandono, de pessoas amontoadas. O preso está mal, com problema de saúde, ele é colocado fora da grade, mas deitado no chão. No presídio de Pedrinhas, no Maranhão, encontramos um sujeito com o ventre aberto. No Espírito Santo, presos estavam num contêiner. Os de cima faziam necessidades nos que estavam embaixo.

E todos sabem que é assim.

A relação de pouco caso da sociedade com o sistema [carcerário] se traduz na relação do poder público com ele. Se faltam recursos, os primeiros cortes são nessa área. É um quadro de abandono.

E a pressão social é zero.

Não há nenhuma crítica da sociedade. Não há nenhum partido que verbalize isso. Certa vez me perguntaram por que o STF só cuidava de réus ricos. Não. O tribunal cuida de réus ricos e de pobres. Mas a imprensa só se interessa pelos ricos.

Parcela da população acha que criminosos não merecem qualquer consideração.

O preso só perdeu a liberdade, nada mais. A legislação não permite outras sanções. Por outro lado, essas más condições dos presídios representam uma ameaça à segurança pública. A omissão do Estado é suprida por organizações criminosas. Os privilégios são dados não pelo sistema estatal, mas pelo sistema informal que se organiza no presídio.

CONTINUA

O banqueiro Edegar Cid Ferreira, ao contar a sua experiência quando foi preso, disse que os detentos só pensam em uma coisa: que a mulher e a filha estão se prostituindo para se sustentar. No desespero, encontram amparo nas organizações criminosas.

Sem dúvida nenhuma. A falta de cuidados do Estado faz com que a atividade supletiva [aos presos] seja dada pelas organizações. Elas passam a prestar um serviço que deveria ser do Estado, das ONGs, dos segmentos da comunidade. Oferecem advogados, assistência à família do preso. E se fortalecem.

O preso, no desamparo...

[interrompendo] Ele aceita qualquer oferta. Por isso é preciso realmente discutir esse tema com seriedade. Não é só um problema de direitos humanos. É uma questão séria de segurança pública.

E ninguém se importa.

Aparentemente há um certo desleixo, uma certa desídia. Nós já nos acostumamos com essa situação. Esse é um quadro que nos envergonha.

O que mais os mutirões carcerários revelaram?

Em cerca de um ano, detectamos algo como 22 mil presos há três, quatro, sete anos, sem inquérito concluído. No Ceará, encontramos uma pessoa presa há 14 anos sem julgamento. Há aqueles que já cumpriram a pena e estão esquecidos nos presídios.

E que explicação o juiz dá?

Sempre se diz que é um problema de falta de infraestrutura. Terceiriza-se a responsabilidade. Mas hoje nós não podemos dizer que os juizes não têm responsabilidade sobre o caos do sistema prisional. No CNJ, verifiquei que nós tínhamos juizes da execução penal que nunca tinham visitado um presídio.

Mas é a obrigação deles.

Talvez isso seja a concretização dessa pré-compreensão negativa que a própria sociedade tem em relação aos presídios. Isso talvez contamine a ideologia e a percepção do próprio juiz.

Ou seja, "dane-se".

Pois é. E, por outro lado, as corregedorias não exigem [dos juizes], o Ministério Público não cumpre a sua função, que é a de fiscalizar as condições dos presídios. Por isso o CNJ editou várias resoluções determinando que se fizessem verificações sucessivas das prisões provisórias. No patamar tecnológico que nós atingimos, temos condições de saber tudo o que acontece no sistema prisional. O próprio CNJ teria condições de monitorar isso.

E os advogados?

A OAB não tem nenhum interesse sobre isso. Aliás, os setores de direitos humanos em geral. Eles quase sempre focalizam o quê? É o preso político, é o caso [do italiano Cesare] Battisti. Mas eles não se interessam pelos presos comuns. Esse desprezo da sociedade para com a comunidade de presidiários contamina todos os segmentos.

E os defensores públicos?

Não há defensores suficientes para a demanda.

Fortalecer as defensorias não poderia ser uma solução?

Elas são órgãos estaduais. E hoje existe toda uma disputa corporativa. Os defensores querem equiparação [salarial com juizes e promotores]. Os governadores [que arcam com os custos] veem esse quadro com desconfiança. Isso [a obrigação de se criar defensorias] está na Constituição de 1988 de forma muito clara. Passados 25 anos, nós ainda

não temos um modelo estruturado. Há Estados grandes que têm 20 defensores. Nós temos hoje 70 mil presos em delegacias, o que é ilegal. E não temos advogados para viabilizar esse debate.

O país estaria precisando de um "Mais Advogados"?

Talvez você não precise contratar advogados. Há um campo interessante para um experimentalismo institucional. Poderíamos pensar num serviço civil obrigatório para todo jovem egresso das faculdades de direito das universidades públicas. Eles ficariam um ano fazendo estágio no sistema prisional. Conheceriam a realidade do Brasil! E prestariam um serviço relevante ao país. Veja, nós temos hoje um número enorme de bacharéis em direito. Se tivéssemos um advogado em cada presídio ou delegacia, é óbvio que teríamos um outro quadro em termos de direitos humanos. Certamente, nas delegacias, neste momento em que conversamos, estão ocorrendo torturas.

E por que a ideia não vinga?

Porque nós temos um quadro corporativo no país. A OAB defende os advogados privados. A Defensoria Pública entende que não deve atuar com voluntários. Eu até já brinqueei: não se preocupem, há pobres para todos.

Há também a questão dos ex-detentos.

No Brasil se diz que nós temos um dos maiores índices de reincidência do mundo, de 70%. E por quê? Porque ninguém cuida. O único programa institucionalizado, e ainda assim hoje tocado sem muito entusiasmo, é o Começar de Novo, do CNJ. É preciso intensificar. Porque aqui está o controle da criminalidade. Se a pessoa consegue se ressocializar, obviamente você quebra o ciclo de envolvimento dela com o crime. De novo: não é só uma questão de direitos humanos. O problema é que segurança pública, hoje, virou apenas aparato policial.

08 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Lugar de bandido é na cadeia.

A mensagem, em geral, é a do endurecimento. Nada contra. Mas isso dá uma ilusão de ótica para a sociedade. Não é a resposta adequada a todas as mazelas. O sistema de segurança pública é mais complexo. Não basta colocar o sujeito no presídio. Ele pode ser solto no momento seguinte, porque o juiz não deliberou e houve excesso de prazo, por exemplo. E aí, na comunidade, a repercussão negativa é enorme. A justiça criminal envolve o Ministério Público, a Defensoria Pública, o sistema prisional, a polícia. É por isso que eu digo: nós temos que olhar as árvores e a floresta. O sistema é de uma disfuncionalidade completa. É preciso um freio de arrumação, uma "concerção", um grande mutirão institucional nessa área. Nós temos aqui também o retrato do Brasil: é o caos, graças à má gestão.

O Estado é o caos na hora em que vai fazer Justiça.

Com certeza. A grande prioridade hoje em matéria de continuidade da reforma do Judiciário deveria ser a justiça criminal, como um tema de direitos humanos e de segurança pública. Quantos inquéritos ficam sem conclusão no país? Em Alagoas, encontramos 4.000 homicídios sem sequer inquérito aberto.

A Justiça é injusta.

De todo lado nós temos injustiça aqui.

“ Não faz sentido que nós tenhamos presídios sem as mínimas condições para um tratamento digno das pessoas

No Maranhão, encontramos um sujeito com o ventre aberto. No ES, presos num contêiner faziam necessidades, nos que estavam embaixo

Nas delegacias, neste momento, estão ocorrendo torturas

O preso só perdeu a liberdade. A legislação não permite outras sanções

O tribunal cuida de réus ricos e de pobres. Mas a imprensa só se interessa pelos ricos

A omissão do Estado é suprida por organizações criminosas

Eu até já brinquei: não se preocupem, há pobres para todos

08 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Insólitas prisões

MARIA SYLVIA CARVALHO FRANCO

Após a renúncia de Genoino, as circunstâncias de sua captura podem parecer episódicas, mas o imprudente uso do poder evidencia a afronta ao cidadão

“Quatro da madrugada: instante entre a noite e o amanhecer, quando as decisões lá no topo já se firmaram, quando o que deverá acontecer já aconteceu. Alguém bate à porta, urgente. Quem é? Não se sabe.”

Com essa matriz política, Jan Kott abre sua reflexão sobre o golpe de Estado urdido em “Ricardo 3º”, peça em que a violência dilacera as tramas do cotidiano: súbito, a força física e a intimidação moral irrompem nos afazeres, no lazer, no sono. “Quem dentre nós, pelo menos uma vez na vida, não foi assim despertado?” O ensaio de Kott sobre “Ricardo 3º” faz dessa figura uma grande metáfora da “húbris” política, desvelando a essência do ato despótico e sua perene ameaça.

Assistimos, aqui e agora, à reiteração dessas práticas. As detenções dos réus da ação penal 470 ocorreram após um processo transparente, mas o foram com bizarria do prisma ético. Sua imposição intempestiva, em longo feriado, valeu-se do emblemático Dia da República e da suspensão, no calendário, de três dias úteis. Pergunta-se o porque da pressa: Joaquim Barbosa valeu-se do recesso para decidir sozinho, ignorando seus pares?

A efetivação repentina dessas prisões, após um lento processo, insere o monopólio estatal da força física no cotidiano das pessoas. Noite que enseja emboscadas, ou feriado que paralisa a vida pública e privada, ambas as situações cancelam as garantias constitucionais.

Não visamos, aqui, a procedência das prisões, mas seu arbitrário “modus faciendi”. O uso do feriado não é inédito nas práticas políticas autoritárias: entre nós, basta citar os ardilosos planos econômicos, como o de Collor. Há mesmo uma história dessas tocaias: nas imagens acentuadas por Kott, o golpe de Ricardo 3º condensa-se na semana de Todos os Santos e Finados, tropos

polissêmicos onde o dia dos mortos e o morticínio do tirano conjugam-se: os assassinatos, processos e decapitações não por acaso efetivam-se quando a vida social está suspensa, em luto. Inglaterra elisabetana ou República brasileira, a convivência com tais condutas resulta na mesma inversão de valores e práticas já presentes na democracia grega e sintetizadas por Platão como raízes do poder tirânico.

Por fim, completando os atentados à cidadania, juntas médicas ratificaram o desrespeito a um preso doente. No laudo sobre a saúde de José Genoino, afirma-se que ele pode suportar o cárcere: bastam remédios, dieta, exercícios regulares e (pasmem-se!) evitar “fatores psicológicos estressantes”. Os doutores ironizam ou ignoram o que significa uma prisão, enunciando um oxímoro: cadeia sem trauma.

As juntas que se pronunciaram sobre Genoino — e talvez as que examinam Jefferson — esqueceram-se de que avaliam prisioneiros cujas vidas não se assemelham à dos pacientes abstratos cujos diagnósticos pautam-se pelos parâmetros rotinizados oferecidos pela tecnologia médica. Lendo seus pareceres, tem-se o sentimento de que a submissão aos poderosos avalizou tais contrassensos. Tanto mais grave torna-se essa conduta quando distinguimos a atual crise nos meios médicos brasileiros e lembramos o quanto a bioética vem sendo debatida mundialmente.

Após a renúncia de Genoino, as circunstâncias de sua captura podem parecer episódicas, mas, nelas, o imprudente uso do poder evidencia o vezo, perene no Estado brasileiro, de afrontar o cidadão.

A crítica ao “modus operandi” das prisões não implicam tolerância ao crime; pelo contrário, ela pressupõe que sentenças legais não autorizam sua execução ilegítima.

Vale recordar que as denúncias contra a democracia martelam a tese de que nela é ínsita a impunidade. Já dizia Platão ao invectivar o regime ateniense das liberdades que, na polis “licenciosa”, condenados à morte ou ao exílio não “deixam a praça, circulam em público, como se fossem indiferentes a todos, invisíveis, como fantasmas de heróis”. Pelo visto, alguns magistrados são platônicos e gostariam de banir a democracia para sempre.

MARIA SYLVIA CARVALHO FRANCO é professora titular aposentada de filosofia da USP e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

08 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

GASPARI

O PRESO DIRCEU

O comissário José Dirceu pediu para trabalhar num hotel, furando a fila dos demais detentos que estão trancados e ainda não conseguiram serviço fora da Papuda. O juiz de execuções criminais negou a solicitação, e ele desistiu do emprego.

Em seguida, Dirceu pediu permissão para usar computador e alimentar seu blog. Nesse caso, poderia ser criada a seguinte situação: de manhã, o preso vai para o hotel e ao final da tarde volta à prisão, onde passa algumas horas conectado na rede. Teria R\$ 20 mil de salário, cama na Papuda, comida e roupa lavada no hotel.

Se essa situação pudesse ficar de pé o Brasil teria duas populações, a dos presos exercendo seus direitos e a dos condenados a ficar soltos.

CONTA DE BARÃO

A Viúva gasta R\$ 40 mil por ano com cada preso e R\$ 15 mil com cada estudante universitário. Essa conta não vale para o ex-deputado Valdemar Costa Neto. Ele receberá também R\$ 201,6 mil anuais como parlamentar aposentado. Seu patrimônio declarado está em R\$ 1,7 milhão. Fora da declaração, provavelmente ele é o mensaleiro mais endinheirado.

Costa Neto foi condenado a sete anos e dez meses de prisão e a pagar uma multa de R\$ 1 milhão. Na ponta do lápis, preso, ele receberá da Viúva cerca de R\$ 1,5 milhão.

07 DEZ 2013

IMPACTO PARANÁ

CORRENDO ATRÁS DO PREJUÍZO

RECURSO POLÊMICO



Numa apelação desesperada para manter-se como conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, ex-deputado Fábio Camargo busca através de Mandado de Segurança cassar decisão da desembargadora Regina Portes que o afastou daquele cargo. Uma nova e discutível situação volta a agitar o Centro Cívico com especulações que envolvem assunto gerado via Assembleia Legislativa, responsável pela criação de toda a celeuma com processo irregular que escolheu sucessor de vaga no TC. Hipóteses e especulações cercam a nova situação criada neste rumoroso e escandaloso processo envolvendo uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.

07 DEZ 2013

IMPACTO PARANÁ

Editorial

TUMULTO JURÍDICO

Correndo atrás do prejuízo Fabio Camargo tumultuou o ambiente jurídico a partir da última quarta-feira, quando entrou com mandado de segurança buscando cassar liminar do Tribunal de Justiça, por decisão da desembargadora Regina Portes que desembarcou o ex-deputado do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.

O novo mandado de segurança tumultua o ambiente jurídico e motiva uma série de indagações cujas respostas poderão ocorrer, ou não, nestas próximas horas, definindo em que situação fica o conselheiro cujo posto está vago há alguns dias atendendo apelação de Max Schrappe, empresário que se julgou prejudicado no processo de eleição promovido pela Assembleia Legislativa.

Diante de uma situação que suscita diversas indagações,

cada qual defendendo um ponto de vista na interpretação da lei e de posições criadas com o seu cumprimento, a primeira preocupação foi natural ao levantar se o TJ vai ou não cassar decisão anterior de uma desembargadora que foi avalizada inicialmente em seu parecer contra a permanência do ex-parlamentar no citado cargo, diante de irregularidades claramente praticadas durante o processo de escolha que prejudicou não apenas um, mas vários candidatos ao mesmo cargo.

Imbróglio jurídico que o Impacto antecipou em manchete algumas edições anteriores, ficou ainda mais tumultuado o ambiente pelos lados do Centro Cívico, admitindo uns e outros que só mesmo o STJ ou o CNJ deverão dar a resposta final em torno desta polêmica causa que envolve os Três Poderes em

nosso Estado, de acordo com as circunstâncias geradas com aquele ato.

Antecipar decisões a esta altura não é de bom tom, dizem, uma vez que cada um interpreta a lei a sua maneira, embora a letra fria destas manifestações devam ser acatadas de acordo com pronunciamento final que, certamente, ainda vai demorar alguns dias até que definitivamente seja colocada como ponto final.

Vamos aguardar, conforme certamente vão assim proceder todos os envolvidos, já que apontar antecipadamente o que vai ocorrer, a esta altura, é temeroso pois os vários capítulos que envolvem este polêmico assunto que é a escolha de novo conselheiro do TC, deixa claro que ainda tem, sem dúvida, como sempre dizemos, muita lingüiça embaixo de toda a farofa.

A DIREÇÃO

IMPACTO PARANÁ 07 DEZ 2013

PROBLEMÁTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS AINDA CONTINUA MOTIVANDO ATENÇÕES

Tudo começou quando, de repente, motivaram discussões sobre as maneiras como se comportavam os deputados da Assembleia Legislativa que, usando suas prerrogativas, passaram a transformar em verdadeiro deboche a escolha de novos conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná.

Apêndice do Legislativo, esta corte virou de repente um cabide apenas político, gerando especulações a escolha de políticos e não técnicos para ocuparem os cargos de conselheiro no TC do Paraná.

A escolha de Maurício Requião, irmão do então governador Roberto Requião detonou as discussões pela forma explícita em que o tráfico de influência foi instrumento utilizado para tal procedimento, seguindo com uma atropelada do governo Beto Richa, influenciado por Valdir Rossoni, que desembarcou o adversário do PMBD e abriu uma brecha polêmica para colocar Ivan Bonilha, afilhado do novo governador, na vaga requianista.

Tudo pareceu calmo por algum tempo, embora na Justiça Maurício Requião mantivesse sua luta para recuperar o cargo.

Abrindo-se uma nova vaga com a aposentadoria de Hermas Brandão, a Assembleia usou mais uma vez de sua disposição para eleger sucessor como conselheiro, gerando no Centro Cívico uma verdadeira guerra na qual se empenharam os Três Poderes, unidos para fazer do tráfico de influência motivo para a nova eleição.

Episódios marcaram esta nova escolha, gerando suspeitas, até de verdadeiras negociatas que confundiram os interesses dos Três Poderes, tendo o Judiciário, principalmente, sido envolvido pela disposição do pai, desembargador Clayton Camargo, em fazer conselheiro do TC, a qualquer custo, seu filho o deputado Fabio Camargo.

Mais de quarenta candidatos, tendo deputados concorrentes à citada, partiram para uma disputa desigual que gerou conflitos e as suspeitas de pressões do TJ em cima do Poder Legislativo, conforme mais tarde confirmou o deputado Elton Welter, numa situação polêmica e que a esta altura já havia chegado ao CNJ-Conselho Nacional de Justiça, de olho na forma prepotente com que vinha sendo conduzido o Poder Judiciário no Paraná.

Não faltou, inclusive, episódio vexatório e lamentável do presidente do TJ, desembargador Clayton Camargo, num daqueles rompantes característicos, mandar um repórter perguntar a sua mãe quanto a uma resposta que havia sido indagada.

A esta altura a Assembleia Legislativa, leia-se Valdir Rossoni & Cia, já estavam no colo do TJ, como diziam francamente, arrastando também o governo do Paraná numa ridícula situação de recursos judiciais que não deram certo de serem envolvidos na negociata para tornar realidade o cargo de conselheiro para o filho do desembargador Clayton Camargo.

E veio a eleição, polêmica em todos os sentidos, a ponto de Valdir Rossoni por sua conta decretar e promover em poucos instantes o resultado e a confirmação de eleição do deputado Fabio Camargo, mesmo que na contagem de votos houvesse polêmica e a necessidade de um segundo turno entre dois deputados.

Definida a escolha a toque de caixa foi promovida a posse o mais rápido possível a fim de evitar maiores especulações, gerando tal ato mais controvérsia pela forma prepotente com que se comportaram pai e filho deixando no ar a imagem de que o Paraná não contava apenas com autoridades, mas com alguns "donos" do Poder em determinadas áreas.

A esta altura, porém, o CNJ-Conselho Nacional de Justiça, já estava de olho não apenas nesta, mas em outras situações que envolviam o presidente do TJ e seu filho que foi instrumento de manobra para ocupar um cargo vitalício no TC.

Max Schrappe, candidato a disputa da vaga de conselheiro, recorreu da decisão atropelada pelos Poderes Legislativo e Judiciário, com aval do Poder Executivo, e apelou a Justiça buscando recurso e apontando uma série de irregularidades durante este processo.

Mais do que complicado, a esta altura, o Poder Judiciário foi novamente envolvido e a desembargadora Regina Portes depois de examinar mandado de segurança com pedido liminar de Max Schrappe através seus advogados, decidiu pelo desembarque de Fabio Camargo do cargo que já vinha ocupando no TC e transformando toda a celeuma em mais um capítulo complicador do imbróglio.

Enquanto isso, continuava a tramitação de recurso do ex-conselheiro Maurício Requião, hoje em mãos do desembargador Antonio Loyola Vieira, através do qual pretende o irmão do ex-governador Requião recuperar a sua vaga e pedindo a anulação do ato que deu sua vaga para Ivan Bonilha naquilo que considera um verdadeiro passe de mágica política.

A esta altura nada mais surpreende o público, inclusive o comportamento de Valdir Rossoni que mudou a linguagem anterior quando defendeu a eleição de Fabio Camargo e na atualidade quando o mesmo já desembarcou daquele cargo embora aguarde julgamento do mérito e mantendo limitadas esperanças de uma reviravolta.

CONTINUA

07 DEZ 2013 IMPACTO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

O CNJ, enquanto isso, continua de olho no Paraná, inclusive no comportamento da Assembleia Legislativa onde, além do presidente, o comportamento de deputados encarregados da comissão que examinou documentação dos candidatos a conselheiro do TC nesta última empreitada, foi bastante suspeito.

Uma situação, aliás, conforme denúncias tardias mas ainda reveladoras, de que naquela recente disputa, como dizemos sempre, tinha, de fato, linguiça embaixo da farofa.

E agora ?

Final de ano chegando e, como sempre, as coisas vão sempre sendo adiadas para mais tarde, deixando de complicar ainda mais quando Natal e Ano Novo precisam ser comemorados condignamente por todos, inclusive aqueles que causam tantas confusões.

Na expectativa de uma decisão em relação ao recurso de Maurício Requião, o assunto conselheiro do TC adia-se até nova decisão, se é que não foi e nem o será tomada nestas próximas horas, arrastando matérias de tal porte para depois das festas de final e início de novo ano quando certamente a polêmica situação voltará às manchetes.



07 DEZ 2013

IMPACTO PARANÁ

Cantinho Sigiloso

Mandado de segurança do conselheiro do TC Fabio Camargo, tenta derrubar decisão liminar concedida pela desembargadora Regina Portes desembarcando o ex-deputado do cargo conquistado graças a inúmeras situações de irregularidades. Situação nova que caiu no colo do desembargador Antonio Loyola Vieira, e que está debruçado em vários volumes deste processo que tenta explicar que focinho de porco não é tomada, isto é, que a desembargadora que atendeu recurso do empresário Max Schrappe estava errada quando mandou Fabio Camargo deixar o citado cargo. De imediato a chegada do novo recurso no TJ, começaram as especulações, sendo a primeira a preocupação em cassar decisão que já ocasionou o desembarque e cuja previsão inicial era de deixar o ex-deputado fora do cargo até o julgamento do mérito. Com o STJ e o CNJ já acionados para se manifestarem diante de tal situação, o desembargador sorteado para atender o recurso de Fabio Camargo está num verdadeiro esnuque de bico, segundo a linguagem popular. Em mãos para decidir a respeito de outro conselheiro, Mauricio Requião, que deseja a saída do conselheiro Ivan Bonilha, e tendo levantado contra si as suspeitas de uns e outros de que, pelo fato de ser muito amigo e ligadíssimo ao ex-presidente do TJ, desembargador Clayton Camargo, deveria se julgar suspeito para decidir em relação ao filho nesta questão, criou-se um ambiente que tem tudo para deixar por mais alguns dias, pelo menos, bastante tumultuada a área do Centro Cívico, onde tão polêmico assunto envolve não apenas o Poder Judiciário mas também os Poderes Legislativo e Executivo.

PEQUENAS NOTÍCIAS

Fabio Camargo emagreceu e perdeu aquele ar rompante que o caracterizava no tempo em que era deputado e seu pai presidente do TJ. Ostentou a imagem poderosa do poder e hoje sem qualquer cargo mostra-se debilitado em termos de saúde, mas mantendo a esperança de um dia dar a volta por cima. O que somente ele, dizem, está conseguindo manter acesa a chama de tal esperança.

Os funcionários que nomeou para o seu gabinete no TC permanecem nos cargos, segundo dizem, pois o mandato definitivo como conselheiro ainda não foi cassado. Resta saber a quem estarão prestando serviço de agora em diante os ditos afillhados já que o gabinete usado pelos mesmos virou apenas sala de visitas.

E o Blog da Maria Bonita, falando dos cartórios, pegando no pé nestes últimos dias de alguns desembargadores, entre os quais o ex-presidente do TJ, Otto Sponholz. A aprovação de filhos e parentes de desembargadores em concursos Brasil afora vai gerando notícias que mostram situações privilegiadas que motivam o CNJ ir mais a fundo nesta área.

Ficaram muito mal situados todos os membros da comissão encarregada de examinar a documentação dos candidatos a conselheiro do Tribunal de Contas na última decisão que premiou o ex-deputado Fabio Camargo. Não adianta o deputado Élio Rush tentar explicar que focinho de porco não é tomada porque ele e seus colegas deram uma senhora mancada. Isto sem falar no presidente da Assembleia Valdir Rossoni que anda dizendo coisas conforme as conveniências.

07 DEZ 2013

IMPACTO PARANÁ

Justiça

Osmann de Oliveira
Advogado

DEPÓSITOS JUDICIAIS PARA PAGAR PRECATÓRIOS?

Não comprometamos o honrado nome do eminente Desembargador Luiz Guilherme Gomes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Não tem Sua Excelência o menor comprometimento na autorização dada ao Poder Executivo para que pudesse este dispor de setenta por cento (70%) dos depósitos judiciais tributários.

O montante desses depósitos equivale a mais de 500 milhões de reais.

O destino dessa montanha de dinheiro seria ou será para pagar precatórios, isto é, créditos de pessoas físicas ou jurídicas, oriundos de decisões judiciais.

Nesse ponto, aliás, teriam os juízes de requisitar cumprimento às sentenças prolatadas. Mas nem sempre o fazem com presteza, pois, via de regra, cedem aos diversos pedidos interlocutórios feitos pelo devedor.

É o famoso "jogo-de-empurra" ou do jargão do Fórum assim conhecido: "diga o autor" ou a resposta "não digo" meditando meses e meses essa situação.

Voltando ao tema central: segundo informações repassadas pelo Estado, diante da crítica feita trinta por cento (30%) do dinheiro levantado será destinado a um certo Fundo de Reser-

va onde ficará congelado até que o processo judicial seja resolvido.

A par disso um outro Fundo continuará arrecadando. Este será o FUNJUS, (Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário).

Mas esta é outra estória.

O assunto encontra-se no Conselho Nacional de Justiça o qual suspendeu o "empréstimo" de depósitos judiciais ao Estado, isto é, ao Poder Executivo.

A tese que pretende o Estado levantar é a de que o Conselho Nacional de Justiça não possui jurisdição própria para bloquear empréstimos de um Poder para o outro desde que a sua função é, apenas, de caráter administrativo interno, ou seja, o de controle da atuação dos órgãos institucionais do Judiciário.

É discutível a matéria. Mas de qualquer modo o CNJ merece consideração e respeito e as suas resoluções não que ser acolhidas. É hoje, o mais temido órgão. Não se deixe de lado o quanto lutam alguns para desqualificá-lo. Mas não o conseguirão.

O que não está correto é que não sejam pagos os precatórios e que se use desse dinheiro para fins diversos. Só isso.

07 DEZ 2013

IMPACTO PARANÁ

SERÁ QUE VAI SAIR EM 2014 O JÚRI POPULAR DE RIBAS CARLI?

Vamos entrar em 2014 e serão completados em Maio, cinco anos de um acidente que matou dois jovens em um acidente de trânsito provocado de forma irresponsável por um deputado estadual.

Motivo de sucessivas prorrogações, graças a habilidosos recursos jurídicos, o júri popular envolvendo o ex-deputado Fernando Ribas Carli Filho está mais uma vez encaminhado para somente ocorrer no ano vindouro.

A lembrança desta demora deixa o público em geral sentindo que a situação continua a mesma quando acidentes são provocados por pessoas de influência, gente rica como dizem, ou políticos conhecidos.

Foi assim com o jovem João Arruda, sobrinho do ex-governador e atual senador Roberto Requião, que matou duas jovens em acidente que provocou com veículo após uma balada, ocasião em que o tio deu um carteirairo e sequer deixou que fizessem o exame de dosagem alcoólica no irresponsável.



O tempo passou, o jovem que hoje é deputado federal salvou-se de um julgamento, as famílias foram indenizadas e tudo ficou por isso mesmo.

Agora é a expectativa quanto ao julgamento do ex-deputado Ribas Carli Filho cujo júri popular, se depender dos seus advogados, jamais sairá.

E por falar em de trânsito, como é que ficou a situação do deputado Gilberto Ribeiro, acusado de uma manobra que o Ministério Público descobriu quando o mesmo tentou disfarçar que era ele o motorista de veículo causador de ocorrência no trânsito?

06 DEZ 2013

CARTA CAPITAL

"Mensalão"/Jefferson ri por último

A seletividade de Barbosa mostra bem como a Justiça opera no Brasil *

O PRESIDENTE DO Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, parece ter acordado de um sono profundo. Em 15 de novembro, mostrou-se um dedicado servidor público ao decretar, em pleno feriado, a prisão de 12 dos 25 condenados no processo do "mensalão". No topo da lista, os petistas José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares.

Mas precisou de três semanas para se dar conta da existência de outros condenados fora da cadeia. Somente na quinta-feira 5 decretou a prisão do deputado Valdemar Costa Neto (PR), dos ex-parlamentares Pedro Corrêa (PP) e Bispo Rodrigues (ex-PL, atual PR), e do ex-diretor do Banco Rural Vinícius Samarane.

Justiça célere para uns, nem tanto para outros. Delator do esquema, o ex-presidente do PTB, Roberto Jefferson ainda aguarda em liberdade. Em tratamento de câncer, solicitou o direito à prisão domiciliar. Situação muito distinta de Genoino. Apesar de ser portador de grave doença cardiovascular, o petista foi mandado para o Complexo Penitenciário da Papuda, onde viu seu quadro de saúde piorar, sobretudo após passar dois dias em regime fechado, quando teria direito ao semiaberto desde o início.

Com autorização provisória de prisão domiciliar, concedida após seis dias de cárcere, Genoino aguarda a decisão final de Barbosa sobre o benefício com apreensão. Tentou requerer aposentadoria por invalidez na Câmara dos Deputados, mas acabou por entregar a carta de renúncia na quarta-feira 4, antes de o pedido ser avaliado. Sabia que os colegas estavam prontos a entregar sua cabeça em processo de cassação.

Dirceu, por sua vez, desistiu do cargo de gerência em um hotel de Brasília, emprego que lhe renderia o direito de sair do presídio durante o dia e a bagatela de 20 mil reais mensais para alguém com seu currículo.

Cartas Capitais

OS REFÊNS DA CASA-GRANDE

I O Brasil não deixou de ser uma monarquia. O poder moderador, ou quarto poder, extinto na Constituição de 1891, ainda existe no Brasil. Joaquim Barbosa, hoje, sente-se como no período imperial, mandando e desmandando, o rei do Supremo Tribunal Federal, onde, vestido com seu manto nobre, toma decisões pessoais e arbitrárias, respaldadas pela elite midiática, desrespeitando as leis em busca de "justiça". No Congresso, grandes latifundiários rumam o destino do País em prol da manutenção da qualidade de vida dos mesmos. Dentro das classes abastadas, os desejos da escravidão, reificando empregados, trancafiando-os em quartos minúsculos, sendo contrários às reformas trabalhistas em prol da melhor qualidade de vida de todos os profissionais. Apesar de vivermos constitucionalmente em uma República, o povo brasileiro continua não sendo institucionalmente representado, tanto na imprensa quanto na política nacional.

Lucas De Paschoal Strabko
São Paulo, SP

PORNOGRAFIADA DE VINGANÇA

A Desde sempre, se sei que o vídeo que recebi se refere a imagens íntimas de um casal, me recuso a ver. Não assisto e delete. Ver o vídeo ou as fotos é também ser cúmplice do cafajeste que divulgou as imagens. Nunca serei!

Lucinha Teixeira

A A verdade é que essa história de que a mulher conseguiu liberdade, para mim, é pura falácia! A vítima ainda é culpada por tudo. Quantas vezes a mulher não é assassinada diante dos filhos e as pessoas ainda comentam: "Ela deve ter traído ele", como se isso fosse justificativa. Estamos e, infelizmente, por muito tempo ainda estaremos à mercê do julgamento hipócrita da sociedade. A família dele também deve achar que ele é uma vítima. Tenho um filho e vou criá-lo para que realmente respeite as mulheres, não vou ajudar a perpetuar esse machismo que está arraigado na nossa cultura.

Tereza Rocha

06 DEZ 2013

CARTA CAPITAL

Mino Carta

O primado da incompetência

► Sem esquecer, por parte de quem está por cima, a prepotência, a ignorância, a arrogância, a hipocrisia, o descaso etc. etc.

REGRESSO AO PAÍS depois de duas semanas de ausência nesta página, passadas em cidades onde é possível dispensar o carro, porque o transporte público funciona à perfeição. Figuram no mapa de países atingidos gravemente pela crise global e ainda assim firmes nas práticas do Estado de Bem-Estar Social. Falo daquele que apelidamos de Velho Mundo, cuja propalada velhice teima em nos oferecer bons exemplos.

Chego, e me alcançam notícias díspares, entre a renúncia do injustiçado José Genoíno e a possibilidade de ver fechado com grades o espaço livre criado debaixo do Masp pela arrojada estrutura saída, mais de 45 anos atrás, da prancheta de Lina Bo Bardi. Não era este o propósito da arquiteta, muito pelo contrário. Ela imaginava que aquela área valeria como um terraço a mirar o centro de São Paulo.

A cidade contava com pouco mais de 3 milhões de habitantes, incapaz de antever o futuro desvaibrado da megalópole, aflita hoje pela miséria de tantos, invadida nas noites sujas da Avenida Paulista por chusmas de mendigos, assaltantes, fumadores de crack, traficantes, prostitutas e *midnight cowboys*. São Paulo não

poderia supor o descalabro, a irresponsabilidade, a incompetência de governos tragicamente desinteressados do destino dos habitantes dos rincões pobres do Brasil, governos tolhidos para políticas voltadas a manter as populações no lugar de origem. É o que explica também a multiplicação das grades, a segregação de alguns para segregar a maioria e assegurar a incomunicabilidade entre uns e outros.

Enquanto isso dou com a mídia nativa ainda em regozijo com as prisões dos chamados “mensaleiros”. Proclama-se o primado da justiça como prova de progresso democrático, em proveito de uma pós-modernidade retumbante. Ouvi até, em conversas de bar, comparações entre as condenações impostas pelo Supremo Tribunal Federal e o triste fim de Silvio Berlusconi, expulso do Senado italiano depois da condenação definitiva pela mais alta Corte peninsular.

A súbita louvação do nosso Judiciário serve para encobrir a verdade factual, a começar pelo emprego de pesos e medidas opostos no julgamento dos mais diversos gêneros de corrupção política. Até o mundo mineral sabe desta singular situação, pela qual a casa-grande goza da leniência da Justiça, em todos os níveis de atividade.

Se vale o exemplo da Itália, basta lembrar as prisões de Calisto Tanzi e de Sergio Cragnotti, bons conhecidos nossos, ou a condenação do primeiro-ministro Bettino Craxi, pronto a fugir para a Tunísia para evitar oito anos de cárcere. Aqui rico não vai para a cadeia. Cachoeira, aquele que instalou para a *Veja* todo um sistema de monitoração dos movimentos de José Dirceu, vive à larga. A revista, nem se fale. A Operação

Satiagraha foi enterrada a bem de Daniel Dantas, o banqueiro condenado mundo afora e providencialmente (e inexplicavelmente?) poupado aqui na terrinha.

Na Itália, sublinho, José Genoíno seria um herói celebrado por ter lutado contra a ditadura civil-militar, assim como o foram os *partigiani* da *Resistenza* nos derradeiros anos da ditadura fascista. Combate extremo em condições clamorosamente desfavoráveis, lá como no Brasil. Os italianos enfrentavam, antes que os últimos fiéis de Mussolini, o próprio exército nazista. No Araguaia, 10 mil soldados foram deslocados para se haver com 80 guerrilheiros, Genoíno entre eles.

Nunca esquecerei como se deu a descoberta da resistência do Araguaia. Dirigia então a redação de *Veja* quando chegou, via telex, estranha máquina que um jovem de hoje definiria como de uso desconhecido, o aviso censorial: proibida qualquer referência à guerrilha. Que guerrilha? Nada sabíamos a respeito, colhidos de surpresa nos entrecolhamos perplexos. Em primeiro lugar diante da fulgurante incompetência da inteligência fardada.

Há alguma, vaga semelhança, entre o Araguaia e Canudos, sem a pretensão de comparar Genoíno com o Conselheiro. O qual contava, além do mais, com Euclides da Cunha, disposto a rever suas próprias posições e a se contrapor ao pensamento da casa-grande.

Os Sertões é obra-prima do jornalista-escritor de uma época literariamente rica, sobram para o dia de hoje a mediocridade, a má-fé, a incompetência da mídia nativa. Pois é, a incompetência dá sempre o ar da sua graça. *

09 DEZ 2013

BEMPARANÁ

**KARLOS
KOHLBACH**

Reunião no TJ sobre Funrejus

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), convidou os deputados para uma reunião hoje no gabinete do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Guilherme Gomes. No encontro será discutido o projeto do TJ que reajusta o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). A proposta inicial prevê aumento de 0,2% para 0,3% na alíquota – porcentual que não agrada Rossoni. O TJ vai fazer uma exposição aos parlamentares sobre arrecadação e o impacto do Funrejus. Se houver um consenso, sobre o índice de aumento, o projeto do TJ pode ser votado ainda nesta semana.

09 DEZ 2013

BEM PARANÁ

Anticorrupção

Hoje, Dia Internacional Contra a Corrupção, às 13h30, no gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa, o presidente Valdir Rossoni (PSDB) receberá um grupo de lideranças que pretende lançar uma agenda para estudos sobre mecanismos anticorrupção no Paraná. A reunião foi proposta pelo promotor de Justiça do Ministério Público do Paraná, Eduardo Cambi. Também já confirmaram presença no encontro representantes do Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas da União, da OAB-Paraná, da Federação das Indústrias do Paraná e do Observatório Social do Brasil.

Amanhã é o dia D para Vasques

O Conselho Superior do Ministério Público se reunirá amanhã, às 9 horas, em sessão pública, para apreciar o pedido do governador Beto Richa para renovar a licença do secretário da Segurança Pública, Cid Vasques, para o ano que vem. Vasques é procurador de Justiça, integrante dos quadros do Ministério Público do Paraná desde 1986, e tal afastamento da carreira para exercer cargo de relevância na administração pública decorre de imposição legal.

BEMPARANÁ

09 DEZ 2013

PAINEL

Marca

Se houver uso indevido de uma marca, o detentor do seu registro só terá direito à indenização por dano moral se provar que sua reputação foi ofendida. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Estabilidade

Mulher que sofre aborto espontâneo não tem direito à estabilidade para gestante, mas faz jus ao repouso remunerado de duas semanas. O entendimento é da 8ª Turma do TST.

Infiel

Fiel que paga dízimo a igreja não pode alegar pressão psicológica para exigir indenização por dano moral. O entendimento é da 3ª Câmara de Direito Privado do TJ de São Paulo.

Coação

O Estado não pode se negar a conceder o CGC para a filial de uma empresa, em função de haver débitos tributários devidos pela matriz. Tal imposição seria um ato de coação. O entendimento é da 1ª Câmara Cível do TJ do Rio Grande do Sul.

Intermediário

Operadoras de plano de saúde não estão sujeitas ao pagamento do ISS, pois não prestam serviços, mas apenas fazem a intermediação entre o médico e o seu paciente. A decisão é da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Novo Código

Após seis meses de discussões, a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto do Código Comercial entregou ao presidente do Senado Federal o relatório final. O texto, já convertido no Projeto de Lei n. 487/2013, conta com 1.102 artigos. Segundo o vice-presidente da comissão, Alfredo de Assis Gonçalves Neto, apesar de o resultado final não retratar a unanimidade dos representantes da comissão, sem dúvida é uma evolução que propicia um momento importante para definir os principais pontos que exigem reforma da atual legislação empresarial.

Gol

Ex-jogadores que atuam como treinadores de futebol não precisam ter diploma de Educação Física nem inscrição nos conselhos regionais da categoria. O entendimento é da 2ª Turma do STJ.